



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA

TURMAS RECURSAIS DOS
JUIZADOS ESPECIAIS

ANO VII | N. 20 | jul./ago./set. de 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Cúpula Diretiva – Biênio 2023-2024

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen – *Presidente do Tribunal de Justiça*

Desembargadora Joeci Machado Camargo– *1º Vice-Presidente*

Desembargador Fernando Antônio Prazeres– *2ª Vice-Presidente*

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa – *Corregedor-Geral da Justiça*

Desembargador Roberto Antônio Massaro – *Corregedor da Justiça*

Desembargador Fernando Ferreira de Moraes – *Ouvidor-geral*

Desembargador Ruy Alvez Henriques Filho – *Ouvidor*

Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Paraná

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen – *Presidente*

Desembargador Fernando Antônio Prazeres

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa

Juiz Felipe Forte Cobo

Juíza Jeane Carla Furlan

Juiz Fernando Swain Ganem

Aline Batista Pereira – *Secretária*

Comissão Permanente de Jurisprudência, Revista, Documentação e Biblioteca

Desembargador Gamaliel Seme Scaff - *Presidente*

Desembargador Jorge de Oliveira Vargas

Desembargador Fabio Haick Dalla Vecchia

Desembargador Mario Nini Azzolini

Desembargador Fabio Marcondes Leite

Desembargador Ruy Alves Henriques Filho

Desembargador Anderson Ricardo Fogaça

Alexandre Correa Rodrigues - *Secretário*

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Praça Nossa Senhora de Salette, S/N

Centro Cívico | Curitiba – Paraná

CEP 80.530-912

Fone: (41) 3200-2000

<https://www.tjpr.jus.br/>

O Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Paraná é uma publicação eletrônica de caráter informativo, com periodicidade trimestral. Desenvolvido em conjunto pela 2ª Vice-Presidência e pelo Departamento de Gestão Documental, o boletim reúne e destaca as principais decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, abordando temas de especial relevância para a comunidade jurídica.

O conteúdo disponibilizado no Boletim não substitui as publicações do Diário da Justiça Eletrônico, nem constitui um repositório oficial de jurisprudência.

Desembargador Fernando Antônio Prazeres - *2º Vice-Presidente - Supervisor-Geral do Sistema dos Juizados Especiais*

Fernando Scheidt Mäder - *Diretor do Departamento de Gestão Documental*

Projeto

2ª Vice-Presidência

Divisão de Jurisprudência do Departamento de Gestão Documental

Pesquisa, organização e editoração eletrônica

Divisão de Jurisprudência do Departamento de Gestão Documental

<https://www.tjpr.jus.br/jurisprudencia-inicio>

jurisprudencia@tjpr.jus.br

SUMÁRIO

TURMA RECURSAL REUNIDA	5
TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS	8
1. ACIDENTES DE TRÂNSITO	8
2. CONSÓRCIO	12
3. BANCÁRIO	15
4. EMPRESAS AÉREAS E DE TRANSPORTE TERRESTRE	21
5. INSTITUIÇÕES DE ENSINO	25
6. MATÉRIA RESIDUAL	32
7. PLANOS DE SAÚDE	38
8. SEGURO FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO	43
9. TELECOMUNICAÇÕES	48
10. FAZENDA PÚBLICA	51
11. CRIMINAL	56
12. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	58

TURMA RECURSAL REUNIDA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E NO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. ENTENDIMENTO ADOTADO PELO STJ. PRECEDENTES DAS TURMAS RECURSAIS DO PARANÁ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0003741-90.2023.8.16.9000](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS - J. 22.09.2023)

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS DECISÕES PARADIGMAS. RESPONSABILIDADE CIVIL POR QUEDA. SITUAÇÃO QUE DEMANDA A ANÁLISE FÁTICA E PROBATÓRIA EM CADA CASO CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE DE PADRONIZAÇÃO DOS JULGAMENTOS. NÃO CABIMENTO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0002087-68.2023.8.16.9000](#) - União da Vitória - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 13.07.2023)

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. MECANISMO PROCESSUAL CABÍVEL APENAS EM CASO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ENTRE TURMAS RECURSAIS DISTINTAS – INTELIGÊNCIA DO ART. 18, §1º, DA LEI N. 12.153/2009. CASO CONCRETO. DECISÕES DIVERGENTES ORIUNDAS DA QUARTA TURMA RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTES DA TURMA RECURSAL REUNIDA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0002478-23.2023.8.16.9000](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 26.09.2023)

AGRAVO INTERNO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL DO MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS CONTRA ACÓRDÃO UNÂNIME PROFERIDO PELO COLEGIADO DE TURMA ISOLADA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DO ART. 5º, III DO REGIMENTO INTERNO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO TJPR. INCABÍVEL REMÉDIO

CONSTITUCIONAL COMO SUSCEDÂNEO RECURSAL PARA MODIFICAR JULGAMENTO COLEGIADO. TURMA REUNIDA QUE NÃO É INSTÂNCIA REVISORA. AUSÊNCIA DE AFRONTA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DESCONTENTAMENTO COM DECISÃO DESFAVORÁVEL AOS INTERESSES DA PARTE NÃO JUSTIFICA O MANEJO DO FEITO. ANÁLISE DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA E MÉRITO PREJUDICADOS. AUSÊNCIA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A MOTIVAR O CONHECIMENTO DO MANDAMUS. ART. 10 DA LEI 12.016/09. RAZÕES PARA MODIFICAR A DECISÃO ATACADA NÃO VERIFICADA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0003128-70.2023.8.16.9000](#) [0001258-87.2023.8.16.9000/1] - Campo Mourão - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 04.09.2023)

AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O PROCESSAMENTO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELO AGRAVANTE. INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 18 DA LEI FEDERAL N. 12.153/2009. DIVISÃO DE TRABALHO, MATÉRIAS AFETA À TAL LEGISLAÇÃO QUE SÃO DE COMPETÊNCIA DA 4º E DA 6º TURMAS. DISCUSSÃO INICIAL QUE VERSA SOBRE A COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA PARA LITIGAR EM SEDE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA QUE NÃO COMPORTA CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO PARA À INSTAURAÇÃO. REGIMENTO INTERNO DA TURMA RECURSAL, QUE APESAR DE PREVER QUE COMPETE À TURMA RECURSAL REUNIDA JULGAR PEDIDOS DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, SOMENTE PREVÊ NO ART. 28 TRÊS HIPÓTESES DE UNIFICAÇÃO: OS ENUNCIADOS, OS PEDIDOS DE JULGAMENTO PRIORITÁRIO DE MATÉRIA E O BOLETIM INFORMATIVO. PROVIMENTO 22/2012 DO CNJ. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DO TJPR DE INSTALAÇÃO DE TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0002998-80.2023.8.16.9000](#) [0000654-29.2023.8.16.9000/2] - Cruzeiro do Oeste - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 31.08.2023)

AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM BASE EM DETERMINAÇÃO DO STF. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL Nº 339, 660 e 797. DECISÃO AGRAVADA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º DO CPC. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0004630-08.2023.8.16.0088](#) [0002619-74.2021.8.16.0088/3] - Guaratuba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALDEMAR STERNADT - J. 04.09.2023)

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E NO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DO TJPR QUE AUTORIZA SUA INSTAURAÇÃO. DECISÃO AGRAVADA EM CONSONÂNCIA COM OS PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL REUNIDA. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0003231-77.2023.8.16.9000](#) [0000573-80.2023.8.16.9000/1] - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALDEMAR STERNADT - J. 04.09.2023)

REVISÃO CRIMINAL. DIREITO AMBIENTAL. CRIME CONTRA A FLORA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PEDIDO DE REVISÃO FUNDADO NO INCISO I, DO ART. 621, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRETENSÃO DE NULIDADE. RÉU QUE BUSCA DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL ANTE A COMPLEXIDADE DA CAUSA POR NECESSIDADE DE PERÍCIA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. AUTO DE INFRAÇÃO QUE POSSUI, ALÉM DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS POLICIAIS MILITARES DA POLÍCIA AMBIENTAL FORÇA VERDE, RELATÓRIO COM FOTOS E INDICAÇÕES DA MADEIRA ENCONTRADA EM POSSE DO RÉU. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA FIXAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. REINCIDÊNCIA COMPROVADA. AGRAVANTE. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE REGIME SEMI ABERTO. AUSÊNCIA DA ALEGADA NULIDADE DE INTIMAÇÃO POR APLICATIVO WHATSAPP. INTIMAÇÕES RECEBIDAS PELO RÉU EM NÚMERO DE TELEFONE POR ELE MESMO INFORMADO. CONVERSAS COM O OFICIAL DE JUSTIÇA SOBRE O ARQUIVO CONTENDO A SENTENÇA CONDENATÓRIA. INTIMAÇÃO ENVIADA AO RÉU E À SUA ADVOGADA CONSTITUÍDA. DECISÃO QUE NÃO CONTRARIOU TEXTO EXPRESSO DE LEI OU PROVA DOS AUTOS. REVISÃO CRIMINAL IMPROCEDENTE.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0002124-95.2023.8.16.9000](#) - Guaratuba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 30.09.2023)

TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

1. ACIDENTES DE TRÂNSITO

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. PROGRAMA “TRIBUNA DA MASSA – EDIÇÃO DA MANHÃ”. VEICULAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA COM UMA FOTO DO AUTOR INFORMANDO, ERRONEAMENTE, QUE ELE HAVIA SIDO VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO FATAL. INFORMAÇÃO QUE CHEGOU AO CONHECIMENTO DE FAMILIARES E AMIGOS DO REQUERENTE, CAUSANDO ALARDE. VIOLAÇÃO DO DEVER DE CUIDADO POR PARTE DAS EMISSORAS DE TELEVISÃO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. IMPOSSIBILIDADE DE MINORAR O QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0008051-20.2022.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 09.10.2023)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO FRONTAL EM BR. CAPOTAMENTO. CONDUTOR QUE SE EVADIU DO LOCAL. VÍTIMA QUE INGRESSOU COM A DEMANDA EM FACE APENAS DO PROPRIETÁRIO. ELUCIDAÇÃO DOS FATOS E QUEM SERIA O SUPOSTO CONDUTOR TRAZIDOS APENAS EM CONTESTAÇÃO. TEORIA DA ASSERÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO ANALISADAS IN STATUS ASSERTIONIS. CAUSA DE PEDIR. LEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. SENTENÇA EXTRA PETITA NÃO CARACTERIZADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE O PROPRIETÁRIO E O CONDUTOR DO VEÍCULO. ENTENDIMENTO PACIFICADO. CULPA EXCLUSIVA DO RECLAMADO. DANO MATERIAL INCONTROVERSO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0008965-14.2022.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 21.08.2023)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LUCROS CESSANTES. ATESTADO MÉDICO COM INDICAÇÃO DO CID-B34.2 REFERENTE A INFECÇÃO POR CORONAVÍRUS. APRESENTAÇÃO DE VERSÕES CONFLITANTES QUANTO AO PERÍODO DE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS. TESE DE QUE SE TRATOU DE MERO EQUÍVOCO MÉDICO INACEITÁVEL. CONCLUSÃO PELA AUSÊNCIA DE PROVA EFETIVA DOS SUPOSTOS LUCROS CESSANTES. PLEITO DE ABATIMENTO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DO MONTANTE RECEBIDO A TÍTULO DE SEGURO DPVAT. REJEIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DE

RECEBIMENTO DE QUALQUER VALOR A ESTE TÍTULO. JUROS DE MORA. FIXAÇÃO QUE NÃO COMPORTA ALTERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0003478-49.2022.8.16.0058](#) - Campo Mourão - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RODOVIA PEDAGIADA. ANIMAL NA PISTA. AVARIAS EM VEÍCULO AUTOMOTOR. NEGLIGÊNCIA. DEVER DE GARANTIR A SEGURANÇA DOS MOTORISTAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. RISCO ADMINISTRATIVO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. PERDA TOTAL DO VEÍCULO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS LIMITADA À IMPORTÂNCIA DA TABELA FIPE. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0007709-31.2021.8.16.0034](#) - Piraquara - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 24.10.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RODOVIA COM PEDÁGIO. ALEGAÇÃO DE BURACOS EM ACOSTAMENTO E PISTA DE ROLAMENTO QUE TERIAM FURADO PNEUS E ENTORTADO RODAS. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. PROVA MÍNIMA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO NÃO DEMONSTRADA PELO AUTOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE NÃO É AUTOMÁTICA. INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR PELA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. SEGURADORA QUE PROVIDENCIOU GUINCHO PARA ATENDIMENTO DO AUTOR, SENDO QUE ESTE ADOTOU PROVIDÊNCIAS PRÓPRIAS PARA LOCOMOÇÃO COM O VEÍCULO E PROSSEGUIMENTO DE VIAGEM. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0008379-38.2022.8.16.0033](#) - Pinhais - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 20.10.2023)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RODOVIA ADMINISTRADA PELA CONCESSIONÁRIA RÉ. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. SINALIZAÇÃO ADEQUADA DE OBRAS NA PISTA. HORARIO DE TRÁFEGO PRÓXIMO DE NASCER DO SOL. OFUSCAMENTO DE VISÃO. CAUTELA REDOBRADA.

CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0003334-14.2020.8.16.0101](#) - Jandaia do Sul - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CAMINHÃO QUE ENROSCOU EM FIAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. POSTE DA UNIDADE CONSUMIDORA DA AUTORA QUE FOI DERRUBADO. NEXO CAUSAL DEMONSTRADO. DANO MATERIAL CONFIGURADO. AUTORA QUE FICOU PRIVADA DE ENERGIA ELÉTRICA POR MAIS DE DEZ DIAS. SITUAÇÃO QUE GERA ABALO ANTE A ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0013309-65.2018.8.16.0025](#) - Araucária - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. OBRAS E TUBULAÇÃO EXPOSTA EM VIA PÚBLICA. SINALIZAÇÃO INSUFICIENTE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA CARACTERIZADA. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. ART. 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DANO MORAL NÃO COMPROVADO PELO AUTOR. ENTENDIMENTO DO C. STJ EM JULGAMENTO DO RESP N. 1653413/RJ. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0006356-63.2021.8.16.0160](#) - Sarandi - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - Rel.Desig. p/ o Acórdão: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 21.07.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO DECORRENTE DE BUEIRO SEM GRELHA. MÁ CONSERVAÇÃO E FALTA DE SINALIZAÇÃO NA VIA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MUNICÍPIO CONFIGURADA. PRECEDENTES DESTA CORTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Recurso conhecido e desprovido.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0024650-63.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 21.07.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. NÃO CONFIGURADA. ACIDENTE DE TRÂNSITO OCASIONADO POR ÓLEO NA PISTA. ENTE QUE NÃO É GARANTIDOR UNIVERSAL. NEXO DE CAUSA ROMPIDO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ART. 46 DA LEI 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0032928-85.2021.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALDEMAR STERNADT - J. 30.06.2023)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PARA ANÁLISE DO FEITO. INTERESSE DE AGIR. QUITAÇÃO DADA PERANTE A SEGURADORA QUE NÃO AFASTA O DIREITO DO REQUERENTE EM PLEITEAR LUCROS CESSANTES. APLICAÇÃO DA SÚMULA 492 DO STF NO CASO CONCRETO. AUTOR QUE LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR QUE FICOU IMPOSSIBILITADO DE TRABALHAR PELO PERÍODO DE 33 (TRINTA E TRÊS DIAS) EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE CARRO ENVOLVENDO CAMINHÃO LOCADO PELA RÉ. LUCROS CESSANTES COMPROVADOS. VALOR FIXADO PELO JUÍZO DE ORIGEM QUE NÃO COMPORTA MODIFICAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (ART. 46, LJE). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0002036-97.2021.8.16.0053](#) - Bela Vista do Paraíso - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 18.09.2023)

2. CONSÓRCIO

RECURSO INOMINADO. PEDIDO DE FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEDUZIDO SOMENTE EM SEDE DE RECURSO. MANIFESTA INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DO PEDIDO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO. MÉRITO. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. RESCISÃO CONTRATUAL RECONHECIDA. PEDIDO PARA RESTITUIÇÃO IMEDIATA DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA LEI Nº 11.795/2008. DEVOLUÇÃO QUE É REALIZADA MEDIANTE A CONTEMPLAÇÃO EM SORTEIO OU APÓS O PRAZO DE TRINTA DIAS A CONTAR DO ENCERRAMENTO DO PLANO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0035133-55.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 02.10.2023)

RECURSOS INOMINADOS. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA DA CONSORCIADA. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZADO AFASTADA. CONTRATO JÁ RESCINDIDO. INVERSÃO DO ÔNUS EM SENTENÇA QUE NÃO CAUSOU MAIORES DESDOBRAMENTOS. AUSÊNCIA DE EFETIVO PREJUÍZO. PRELIMINARES DE OFENSA À DIALETICIDADE E DESERÇÃO AFASTADAS. CAUSA DA RESCISÃO QUE NÃO PODE SER IMPUTADA À RECLAMADA. VALOR PAGO PELA CONSUMIDORA QUE DEVE SER RESTITUÍDO, ABATENDO, TÃO APENAS, A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SOB O EFETIVAMENTE PAGO. CLÁUSULA PENAL E FUNDO DE RESERVA INDEVIDOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE PREJUÍZO. RESTITUIÇÃO QUE DEVE OCORRER NO PRAZO E 30 DIAS, A CONTAR DO ENCERRAMENTO DO GRUPO. DANO MORAL CONFIGURADO. CONSUMIDORA QUE FOI INFORMADA QUE HAVIA SIDO CONTEMPLADA E, POSTERIORMENTE, COMUNICADA SOBRE O EQUÍVOCO. FRUSTRAÇÃO DA COMPRA DE CASA. QUANTUM QUE DEVE SER FIXADO EM R\$3.000,00, VALOR EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DA RECLAMANTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DA RECLAMADA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0002670-06.2022.8.16.0103](#) - Lapa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 02.10.2023)

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. PROCESSO EXTINTO SOB A ÉGIDE DE CAUSA COMPLEXA COM NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA AVALIAR A EXISTÊNCIA DE

DEFEITO MECÂNICO. PROVA PERICIAL PARA O DESLINDE DA QUESTÃO. NÃO PRESCINDÍVEL. MATÉRIA INCONTROVERSA. DICÇÃO DO ART. 374 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA ANULADA. JULGAMENTO IMEDIATO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA. DECADÊNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. VEÍCULO VENDIDO COM DEFEITO NO SISTEMA DE CÂMBIO, PROBLEMA NÃO SOLUCIONADO. RESCISÃO DO CONTRATO. DEVER DE RESTITUIR OS VALORES PAGOS. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA DE ABALO EXTRAPATRIMONIAL NA FORMA IN RE IPSA. DANOS NÃO PROVADOS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CONEXO. RESCISÃO DO PRINCIPAL IMPLICA NA RESCISÃO DO CONTRATO CONEXO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0003830-94.2022.8.16.0029](#) - Colombo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 20.10.2023)

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO DE IMÓVEIS. COBRANÇA DE SEGURO PRESTAMISTA. VENDA CASADA. ENTENDIMENTO DO STJ EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS. DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO INDEVIDAMENTE. VALOR MINORADO EM OBSERVÂNCIA AS PROVAS DOS AUTOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0029329-09.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTEMPLAÇÃO. PRAZO CONTRATUAL DE 90 DIAS PARA ENTREGA DA MOTOCICLETA. ENTREGA SOMENTE APÓS CONDENAÇÃO EM SENTENÇA, 11 MESES APÓS O AUTOR SER CONTEMPLADO. EXTINÇÃO POR PERDA DE OBJETO REJEITADA. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO E MANIFESTAÇÃO ESPECÍFICA A RESPEITO VIA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 410 DO STJ AO CASO CONCRETO. TERMO INICIAL CONTA-SE DESSA PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO. DEMORA IMPUTADA À PANDEMIA DA COVID NÃO ACOLHIDA. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE DE FEVEREIRO DE 2022 A JANEIRO DE 2023 VIGIA ALGUMA MEDIDA SANITÁRIA OU QUE AS ATIVIDADES NA FÁBRICA DA MARCA AINDA ESTAVAM COMPROMETIDAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AUTOR QUE DESPENDEU DE SUAS ECONOMIAS PARA DAR O LANCE E OBTER A MOTO PARA TRABALHAR. PROMESSAS DESCUMPRIDAS. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM FIXADO EM R\$3.000,00 QUE NÃO COMPORTA REDUÇÃO. VALOR

ADEQUADO AO CASO CONCRETO E EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0004487-13.2022.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 18.09.2023)

RECURSOS INOMINADOS. CONSÓRCIO. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NO IMPORTE DE 22% (VINTE E DOIS POR CENTO). AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 538 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REFORMA DA SENTENÇA NESTE PONTO. CLÁUSULA PENAL. INEXIGIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO AO GRUPO. RESTITUIÇÃO DEVIDA SEM QUALQUER RETENÇÃO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DAS TURMAS RECURSAIS. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO RECLAMANTE. RECURSO DA RECLAMADA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO RECLAMANTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0026333-43.2021.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 13.11.2023)

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA ADMINISTRADORA DO CONTRATO. BOLETO PARA QUITAÇÃO. DOCUMENTO ENVIADO PELA CREDORA VIA E-MAIL INDICADO PELO CONSUMIDOR. FRAUDE POR TERCEIROS. CÓDIGO DE BARRAS E BENEFICIÁRIO ADULTERADOS. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA RECLAMADA. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO. SENTENÇA REFORMADA. PEDIDOS INICIAIS IMPROCEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0019796-64.2021.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 23.07.2023)

3. BANCÁRIO

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO C/C DANOS MORAIS. 'GOLPE DO MOTOBOY'. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – RECURSO DO RECLAMANTE – PLEITO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES TRANSFERIDOS VIA PIX – POSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA CONDIÇÃO DE HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR, À LUZ DO ESTATUTO DO IDOSO E CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS – TRANSAÇÕES DESASSOCIADAS DO PADRÃO DO CONSUMO DO AUTOR – VIOLAÇÃO DO DEVER DE SEGURANÇA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONFIGURADA (ART. 14 DO CDC) – PRECEDENTES DO C. STJ. AUSÊNCIA DE PRESUNÇÃO DE INVIOABILIDADE DO SISTEMA DE SEGURANÇA NO ÂMBITO BANCÁRIO – CULPA DA VÍTIMA NÃO VERIFICADA – HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA SÚMULA 479 DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONSTATADA. NECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0034300-37.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. GOLPE DO PIX. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA REQUERIDA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. MÉRITO. TRANSFERÊNCIA DE VALOR PARA TERCEIRO GOLPISTA. COMUNICAÇÃO IMEDIATA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE BLOQUEIO DO VALOR. MECANISMO ESPECIAL DE DEVOLUÇÃO (MED). RESOLUÇÕES 01/2020 E 103/2021 DO BACEN. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VERIFICADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0006439-35.2022.8.16.0131](#) - Pato Branco - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DE COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL JÚLIA BARRETO CAMPELO - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. FURTO DE APARELHO CELULAR. TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS POR MEIO DE PIX. CARACTERÍSTICAS QUE DESTOAM DO PERFIL DA AUTORA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SÚMULA 479 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0001152-98.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. BANCÁRIO. SEQUESTRO RELÂMPAGO. AUTOR QUE FOI ABORDADO POR CRIMINOSOS EM VIA PÚBLICA E COAGIDO A ENTREGAR O CELULAR E SENHA PESSOAL. REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES VIA “PIX” PARA TERCEIROS. FORTUITO EXTERNO. EVENTO CRIMINOSO QUE ACONTECEU FORA DA AGÊNCIA BANCÁRIA. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 14, §3º, INCISO II, DO CDC. CONDENAÇÃO AFASTADA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0040017-30.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. GOLPE DO QR CODE. GOLPISTA QUE EFETUA LIGAÇÃO SE PASSANDO POR FUNCIONÁRIO DO BANCO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS - RECURSO DO RECLAMADO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. MÉRITO. PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA - POSSIBILIDADE - CONSUMIDORA QUE ATUOU SEM ZELO OU CAUTELA AO SEGUIR AS INSTRUÇÕES REPASSADAS POR GOLPISTA VIA APLICATIVO ‘WHATSAPP’ - QR CODE ESCANEADO PELA RECLAMANTE QUE VIABILIZOU AO ESTELIONATÁRIO O ACESSO À SUA CONTA BANCÁRIA E A REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VIA PIX. TERCEIRO GOLPISTA QUE SE UTILIZOU DO CANAL OFICIAL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR LIGAÇÃO TELEFÔNICA - INCIDÊNCIA DE CULPA CONCORRENTE, NOS TERMOS DO ART. 945 DO CÓDIGO CIVIL - PARTES QUE DEVEM RESPONDER EM MEDIDAS IGUAIS PELO DANO CAUSADO. REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO MATERIAL IMPOSTA NA ORIGEM À METADE. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS - FRAUDE BANCÁRIA QUE, POR SI SÓ, NÃO DEMONSTRA OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA PARTE AUTORA - ÔNUS QUE INCUMBIA À RECLAMANTE, NOS TERMOS DO ART. 373, INCISO I, DO CPC. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0059374-15.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 30.08.2023)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. COMPRA DE GELADEIRA POR MEIO DE FINANCIAMENTO. BEM QUE APRESENTOU DEFEITOS APÓS POUCO TEMPO DE USO. SENTENÇA DE TOTAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – AFASTAMENTO – RECORRENTE QUE CONCEDEU O CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DO BEM – LEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA EVIDENCIADA. MÉRITO. PLEITO DE MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO – IMPOSSIBILIDADE – DESFAZIMENTO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ATINGE TAMBÉM O FINANCIAMENTO QUE VIABILIZOU A OBTENÇÃO DA GELADEIRA – NATUREZA DE COLIGAÇÃO ENTRE OS INSTRUMENTOS CELEBRADOS – RESP Nº 1.406.245/SP. PRECEDENTES DESTA 5ª TURMA RECURSAL DO E. TJ/PR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO INOMINADO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.

(TJPR – 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais – [0008332-25.2021.8.16.0025](#) – Araucária - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA BANCÁRIA. SAQUE EM CONTA BANCÁRIA REALIZADA EM CAIXA ELETRÔNICO. QUESTIONAMENTO. DETERMINAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DAS IMAGENS. INFORMAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA ORDEM. VIOLAÇÃO AO ART. 2º DA LEI Nº 7.102/83. DEVER DA INSTITUIÇÃO DE MANTER SISTEMA DE MONITORAMENTO POR IMAGENS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS POR DANOS CAUSADOS POR FRAUDADORES. SÚMULA 479 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE PROVA DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. DEVER DE RESTITUIR. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. VALOR ARBITRADO. INALTERADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0000886-54.2021.8.16.0062](#) - Capitão Leônidas Marques - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 28.07.2023)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. COMPRA DE VEÍCULO USADO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO AGENTE FINANCEIRO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA INEXISTENTE. ENTENDIMENTO DOMINANTE NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PELA AUTONOMIA ENTRE O CONTRATO DE COMPRA E VENDA E O CONTRATO DE FINANCIAMENTO. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA EMPREENDIDA PELA

LEI N. 14.181/2021, ACRESCENDO O ARTIGO 54 – F AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR INAPLICÁVEL AO CASO CONCRETO. DIREITO INTERTEMPORAL. EFICÁCIA CONDICIONADA APENAS AOS CONTRATOS POSTERIORES A SUA VIGÊNCIA. DISPOSIÇÃO EXPRESSA NO ARTIGO 3º DA LEI N. 14.181/2021. SENTENÇA REFORMADA A FIM DE JULGAR EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, EM RELAÇÃO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR – 3ª Turma Recursal – [0008441-89.2021.8.16.0170](#) – Toledo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 07.08.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BANCÁRIO. REDUÇÃO DO LIMITE DO CARTÃO DE CRÉDITO. FALTA DE REGULAR NOTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA (ART. 6º, III, DO CDC). FATURA QUE INDICAVA O VALOR DE LIMITE HABITUALMENTE UTILIZADO PELO AUTOR. CONSUMIDOR INDUZIDO EM ERRO. LEGÍTIMA EXPECTATIVA FRUSTRADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EVIDENCIADA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO EM R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) QUE SE MOSTRA ADEQUADO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE E AOS PARÂMETROS ADOTADOS POR ESTA TURMA RECURSAL. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 1, “A”, DA TURMA RECURSAL PLENA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0066522-77.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. SOLICITAÇÃO DE PORTABILIDADE. PARCELA QUE NÃO FOI DESCONTADA. EVENTUAL PROBLEMA NO DESCONTO QUE NÃO PODE SER IMPUTADO À CONSUMIDORA. AUSÊNCIA DE PROVAS DA LEGALIDADE DA INSCRIÇÃO. RÉU QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO (ART. 373, II, DO CPC). INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CONFIGURADO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 11 DAS TR/PR. QUANTUM FIXADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) QUE NÃO COMPORTA MINORAÇÃO. VALOR QUE SE ENCONTRA ABAIXO DOS PARÂMETROS ADOTADOS POR ESTA TURMA RECURSAL E DEVE SER MANTIDO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA NON REFORMATIO IN PEJUS. MULTA EM DECORRÊNCIA DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO AFASTADA.

DEVIDA A APLICAÇÃO DE ASTREINTES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. EVENTUAL IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO QUE DEVE SER ANALISADA NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0015696-33.2021.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - Rel.Desig. p/ o Acórdão: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. EMPRÉSTIMO PESSOAL. DESCONTOS EM CONTA CORRENTE PARA PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS PESSOAIS. LIMITAÇÃO DE 30%. NÃO CABIMENTO. INAPLICABILIDADE DA LEI 10.820/2003. CANCELAMENTO DA SÚMULA 603 DO STJ. INCIDÊNCIA DO TEMA 1085 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0044902-09.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 31.07.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA BANCÁRIA. COBRANÇA DE PACOTE DE SERVIÇOS. LIMITE DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA PACTUAÇÃO. SUMULA 44 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARANÁ. COBRANÇA INDEVIDA. PRESCRIÇÃO DECENAL. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DEVER DE RESTITUIR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001369-44.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 21.07.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. BANCÁRIO. COBRANÇA DE DÍVIDA QUITADA. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. EXISTÊNCIA DE ANOTAÇÃO ANTERIOR. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 385 DO STJ. DANO MORAL INOCORRENTE. CONDENAÇÃO AFASTADA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0024114-56.2022.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 30.10.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA BANCÁRIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. BOA-FÉ OBJETIVA. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. INCIDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO. OBRIGAÇÃO DA PARTE CONCEDENTE DE DEMONSTRAR A EFETIVA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES. ART. 54-D, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INOBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA E NO ART. 2º, DA LEI ESTADUAL 20.276/2020. REPETIÇÃO DO INDÉBITO DEVIDA. FORMA DOBRADA. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (EAREsp 676.608). DESCONTOS INDEVIDOS REALIZADOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DANO MORAL CONFIGURADO NO CASO CONCRETO. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0002685-70.2022.8.16.0136](#) - Pitanga - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 11.08.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO REVISIONAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. BANCÁRIO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. PRELIMINARES DE PERDA DO OBJETO, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA AFASTADAS. APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL. ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE TARIFAS NO PREÇO TOTAL DO FINANCIAMENTO. JULGAMENTO EM CONSONÂNCIA COM AS TESES FIXADAS PELO STJ EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS. TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM E SEGURO PRESTAMISTA. ABUSIVIDADE CONFIGURADA NO CASO CONCRETO. RESTITUIÇÃO DEVIDA. INAPLICABILIDADE DA TAXA SELIC. CORREÇÃO, DE OFÍCIO, DOS ENCARGOS INCIDENTES SOBRE O VALOR A SER RESTITUÍDO. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS CONTADOS DA CITAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA PELA MÉDIA DO INPC/IGP-DI. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0012676-77.2022.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 25.09.2023)

4. EMPRESAS AÉREAS E DE TRANSPORTE TERRESTRE

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO DE VOO E EXTRAVIO TEMPORÁRIO DE BAGAGEM. ATRASO QUE CULMINOU NA PERDA DA RESERVA DO AUTOMÓVEL PARA SEU DESLOCAMENTO AO DESTINO FINAL. ALEGAÇÃO DE QUE O EXTRAVIO RESULTOU NA IMPOSSIBILIDADE DO USO DAS VESTES TALARES PELO AUTOR EM SUSTENTAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI E DEMANDOU AQUISIÇÃO DE ROUPAS, ITENS PESSOAIS E DE HIGIENE. DEVOLUÇÃO DA BAGAGEM EM APROXIMADAMENTE 27 HORAS APÓS A CHEGADA AO DESTINO FINAL. DANOS MATERIAIS REFORMADOS. AUTOR PROMOTOR DE JUSTIÇA. OBRIGATORIEDADE DE RESIDIR NA COMARCA DE SUA TITULARIDADE, CONFORME ART. 43, X, LOMP. DOMICÍLIO NECESSÁRIO, CONFORME ART. 76, CC. DANOS MORAIS MANTIDOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS VERIFICADA. MONTANTE FIXADO EM R\$ 5.000,00 QUE NÃO COMPORTA MINORAÇÃO. VALOR EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0000224-13.2022.8.16.0141](#) - Realeza - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 21.08.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. RELAÇÃO DE CONSUMO. VOO INTERNACIONAL. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE APLICAÇÃO DE CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. SUPOSTA ANTINOMIA ENTRE CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. TEORIA DO DIÁLOGO DAS FONTES. APLICAÇÃO HARMÔNICA E COORDENADA DAS DIFERENTES LEGISLAÇÕES DO ORDENAMENTO JURÍDICO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXTRAVIO DE BAGAGEM. ATO ILÍCITO. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS E COMPROVADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0002349-39.2023.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PRELIMINARMENTE – APLICAÇÃO DAS CONVENÇÕES DE MONTREAL E VARSÓVIA

APENAS EM RELAÇÃO AOS DANOS MATERIAIS – LIMITAÇÃO QUE NÃO ALCANÇA A PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – APLICAÇÃO DO CDC – ENTENDIMENTO PACÍFICO DO C. STJ. MÉRITO. PLEITO DE REFORMA E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL – IMPOSSIBILIDADE. CANCELAMENTO DE VOO SEM AVISO PRÉVIO – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA RECLAMADA RECONHECIDA. PARTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE COMPROVAR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO PLEITEADO PELA AUTORA – ART. 373, INCISO II, DO CPC. DANO MORAL CONFIGURADO – SITUAÇÃO FÁTICA QUE ULTRAPASSOU OS LIMITES DO ABORRECIMENTO – ATRASO DE VINTE E SEIS HORAS PARA A CHEGADA NO DESTINO FINAL – AUSÊNCIA DE OFERTA DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM – PASSAGEIRA QUE ESTAVA EM PAÍS ESTRANGEIRO E NÃO RECEBEU O SUPORTE MÍNIMO – DESCASO EXCESSIVO. QUANTUM INDENIZATÓRIO ADEQUADO ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO – OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0031651-02.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 04.09.2023)

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. CASO EXCEPCIONAL. CAUSA DE PEDIR QUE RESIDE EM FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO PELA AGÊNCIA DE VIAGENS. MÉRITO. PEDIDO DE CANCELAMENTO DE COMPRA DE PASSAGENS AÉREAS. DIREITO AO ARREPENDIMENTO MANIFESTADO DENTRO DO PRAZO DE 7 DIAS. ART. 49, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DA COMPRA CONDICIONADO AO PAGAMENTO DE TAXA ABUSIVA. PASSAGEIRA QUE OPTOU POR MANTER OS BILHETES AÉREOS. IMPOSSIBILIDADE DE EMBARQUE NOS VOOS DE IDA CONTRATADOS. NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE NOVAS PASSAGENS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA AGÊNCIA DE VIAGENS. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS MANTIDOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. ART. 373, I DO CPC. INDENIZAÇÃO AFASTADA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0002294-68.2022.8.16.0184](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DE COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL JÚLIA BARRETO CAMPELO - J. 21.08.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. PASSAGEIRO COM NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL (PNAE). PEDIDO DE REEMBOLSO DO IMPORTE REFERENTE AO DESCONTO DEVIDO AO ACOMPANHANTE DO PNAE. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EVIDENCIADA. PROVA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DA PARTE AUTORA. INOBSERVÂNCIA AOS ARTS. 9º E 27, § 1º DA RESOLUÇÃO Nº 280/2013 DA ANAC. DEVER DE RESTITUIÇÃO DOBRADA DO VALOR PAGO A MAIOR, ATINENTE AO DESCONTO DO ASSENTO DO ACOMPANHANTE DO PNE. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AFRONTA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. ART. 373, I DO CPC. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0016350-15.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DE COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL JÚLIA BARRETO CAMPELO - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAL E MORAL. TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO PROGRAMADA DE VOO. LEGITIMIDADE PARA O PROCESSO DA COMPANHIA AÉREA E DA AGÊNCIA DE VIAGENS QUE INTERMEDIOU A AQUISIÇÃO DAS PASSAGENS (123 MILHAS). COMUNICAÇÃO PRÉVIA AO PASSAGEIRO NÃO DEMONSTRADA. ALTERNATIVAS DE REACOMODAÇÃO OU REEMBOLSO NÃO OFERECIDAS PELOS FORNECEDORES. INOBSERVÂNCIA DA NORMAS ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO 400/2016 DA ANAC. FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SOLIDARIEDADE DA CADEIA DE FORNECIMENTO. REEMBOLSO DO VALOR DAS PASSAGENS DEVIDO. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE ESTÁ ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. RECURSOS DESPROVIDOS

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0013405-23.2022.8.16.0031](#) - Guarapuava - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 01.09.2023)

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL. COMPRA DE PASSAGENS AÉREAS INTERMEDIADA PELA 123 VIAGENS E TURISMO. CANCELAMENTO DE VOO. FALHA INERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PELA COMPANHIA AÉREA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA AGÊNCIA DE VIAGENS. PRECEDENTES DO STJ E DA TURMA RECURSAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0006890-09.2022.8.16.0148](#) - Rolândia - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO MAURÍCIO PEREIRA DOUTOR - J. 28.07.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. TRANSPORTE TERRESTRE. ATRASO DO ÔNIBUS. CONSUMIDORA QUE NÃO FOI INFORMADA ACERCA DOS MOTIVOS DO ATRASO, TAMPOUCO RECEBEU ASSISTÊNCIA DURANTE AS 4 HORAS DE ESPERA PELO EMBARQUE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. IMPOSSIBILIDADE DE MINORAR O QUANTUM DA INDENIZAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0007320-53.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - Rel.Desig. p/ o Acórdão: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 17.07.2023)

5. INSTITUIÇÕES DE ENSINO

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA OBJETIVA ANULADA. DISTRIBUIÇÃO DOS PACOTES DE PROVAS DE MANEIRA INVERTIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA BANCA ORGANIZADORA. DANOS MATERIAIS DEVIDOS. PRECEDENTES STF. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO ABORRECIMENTO. DANOS MORAIS MANTIDOS. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0012569-11.2022.8.16.0044](#) - Apucarana - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 29.09.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DEVIDO AOS DANOS SOFRIDOS POR SUSPENSÃO DE CONCURSO PÚBLICO NO DIA EM QUE ESSE DEVERIA ACONTECER. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS PARA: A) CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS NO VALOR DE R\$ 2.778,46; E B) CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R\$ 5.000,00. RECURSO INOMINADO, DA RÉ, EM QUE REQUER A REFORMA DA SENTENÇA PARA AFASTAR AS CONDENAÇÕES. A RECORRENTE CONFESSOU QUE A SUSPENSÃO DA PROVA OCORREU APÓS O INÍCIO DA APLICAÇÃO DESSA PORQUE OS MONITORES CONTRATADOS PELA RECORRENTE DISTRIBUÍRAM AS PROVAS DE FORMA EQUIVOCADA, TENDO TROCADO OS PACOTES DE PROVA. SUSPENSÃO DO CERTAME POR CULPA EXCLUSIVA DA ORGANIZADORA. RECORRENTE NÃO PREPAROU DEVIDAMENTE A EQUIPE QUE IRIA APLICAR A PROVA, CAUSANDO A ENTREGA DESSAS COM NOMES TROCADOS PARA OS CANDIDATOS. ERRO DE LOGÍSTICA DA RECORRENTE. DESORGANIZAÇÃO E AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIA POR PARTE DA RECORRENTE. JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DO PARANÁ. DANO MORAL INDENIZÁVEL. MANUTENÇÃO DAS CONDENAÇÕES AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI Nº 9.099/95. CONDENAÇÃO DA RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS PROCESSUAIS, FIXADOS EM 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0006511-22.2022.8.16.0131](#) - Pato Branco - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS DENISE HAMMERSCHMIDT - J. 17.07.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PRELIMINARMENTE – ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA. PRODUÇÃO DE PROVAS QUE INCUMBE ÀS PARTES – PRELIMINAR AFASTADA. MÉRITO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS À FILHA DOS RECLAMADOS – ENSINO FUNDAMENTAL. INADIMPLEMENTO DE MENSALIDADES – PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO – ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE BULLYING – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS – ÔNUS QUE INCUMBIA AOS RECORRENTES – ART. 373, INCISO I, DO CPC. SERVIÇO DEVIDAMENTE PRESTADO – MANUTENÇÃO DO CONTRATO. DEVEDORES QUE NÃO CUMPRIRAM A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO – RESPONSABILIDADE RECONHECIDA. PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0042651-18.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO. OFERTA DE MATRÍCULA ANTES MESMO DA CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO. NEGATIVA DE EMISSÃO DE CERTIFICADO AO TÉRMINO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO. ABUSIVIDADE. POSSIBILIDADE DE ADIAMENTO DA ENTREGA DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO PARA A MATRÍCULA DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE NÃO AUTORIZA A MATRÍCULA DE QUEM NÃO CONCLUIU O CURSO SUPERIOR. VÍCIO NO DEVER DE INFORMAÇÃO. QUEBRA DE LEGÍTIMA EXPECTATIVA. GASTO DE TEMPO E RECURSOS FINANCEIROS. DANO MORAL CARACTERIZADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APLICAÇÃO DO ART. 46 DA LEI FEDERAL Nº 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0009749-97.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 18.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA – EMISSÃO DE DIPLOMA NÃO RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DE OFÍCIO – RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA JULGAR A DEMANDA – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DO ATUAL ENTENDIMENTO DO E. STF – JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO COM REPERCUSSÃO GERAL – TEMA 1154. INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO INTEGRANTE DO SISTEMA NACIONAL DE

ENSINO – INTERESSE DA UNIÃO – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL – ART. 109, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO. SENTENÇA ANULADA. DE OFÍCIO, EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO INOMINADO PREJUDICADO.

(TJPR – 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais – [0001178-95.2022.8.16.0129](#) – Paranaguá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 30.08.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEMORA EMISSÃO DO DIPLOMA. I. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL AFASTADA NO CASO CONCRETO. TEMA N. 1154 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA NO CURSO DA LIDE. PROCESSO ANTERIOR DISTRIBUÍDO À JUSTIÇA FEDERAL EXTINTO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. AFASTAMENTO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PLEITO RESTRITO À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SÚMULA 150 DO STJ. RECORRENTE QUE NÃO SE INSURGIU QUANTO A DECISÃO DE INCOMPETÊNCIA PROFERIDA NA JUSTIÇA FEDERAL. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PONTUALMENTE. SOPESAMENTO DAS ANTERIORES NEGATIVAS DE JURISDIÇÃO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DOS JUÍZADOS ESPECIAIS COM O FIM DE ENFRENTAR O MÉRITO. II. DEMORA NA EMISSÃO DO DIPLOMA. APROXIMADAMENTE 1 ANO E 10 MESES APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENUNCIADO Nº 3.2 DA 3ª TRPR. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM FIXADO EM R\$5.000,00 QUE SE MOSTRA ADEQUADO ÀS PECULIARIDADES DO CASO, BEM COMO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e não provido.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0002495-14.2021.8.16.0049](#) - Astorga - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 01.08.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE COBRANÇA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇA INDEVIDA E IMPEDIMENTO PARA REMATRÍCULA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA REQUERIDA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. EXTRA PETITA. TESE REJEITADA. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO PEDIDO INICIAL. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NO MÉRITO. PROVA DO PAGAMENTO COM A INCIDÊNCIA DO DESCONTO. REQUERIDA QUE DEIXA, EM MOMENTO POSTERIOR, QUE CONSIDERAR O DESCONTO CONCEDIDO NO MOMENTO DO PAGAMENTO. FALHA NA PRESTAÇÃO

DOS SERVIÇOS. COBRANÇA INDEVIDA. IMPEDIMENTO PARA REMATRÍCULA. DANOS MORAIS AFASTADOS. MERA COBRANÇA. OFENSA AOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS NÃO DEMONSTRADA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0010130-24.2022.8.16.0045](#) - Arapongas - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA IES. RÉ NÃO TOMOU AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA VIABILIZAR A REALIZAÇÃO DO CURSO OFERTADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVIDENCIADA. ART. 14 DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. FRUSTRAÇÃO DA LEGÍTIMA EXPECTATIVA DO CONSUMIDOR EM OBTER DIPLOMA NO CURSO PROFISSIONALIZANTE. TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO CASO. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. TESE DE QUE O TEMPO DESPERDIÇADO PELA PARTE CONSUMIDORA PARA TENTAR SOLUCIONAR PROBLEMAS GERADOS POR MAUS FORNECEDORES CONSTITUI DANO INDENIZÁVEL. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0025740-14.2021.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS À FILHA DO RECLAMANTE – CURSO DE INGLÊS. SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR CONTA DA PANDEMIA DE COVID-19 – OFERTA DE AULAS VIRTUAIS – MÉTODO NÃO ACEITO PELO CONTRATANTE. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE RESCISÃO CONTRATUAL – INADIMPLEMENTO DE MENSALIDADES – CONDUTA INADEQUADA. SERVIÇO DEVIDAMENTE PRESTADO – MANUTENÇÃO DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES. DEVEDOR QUE NÃO BUSCOU OUTRAS FORMAS DE CUMPRIR O PAGAMENTO – RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO AFASTADA. FECHAMENTO DE UNIDADE QUE NÃO CARACTERIZA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – POSSIBILIDADE DE DAR CONTINUIDADE AO CURSO NA MESMA CIDADE. PRECEDENTES. MATERIAL DIDÁTICO QUE NÃO DEVE SER DEVOLVIDO – LIVRE ESCOLHA DO CONSUMIDOR QUE NÃO PODE GERAR PREJUÍZO

À RECLAMADA. PEDIDO CONTRAPOSTO PARCIALMENTE PROCEDENTE – CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO PARCIAL DE VALORES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS – INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO NA MESMA DATA DE VENCIMENTO DO BOLETO PROTESTADO – DESPROPORCIONALIDADE. SITUAÇÃO QUE GEROU OFENSA A DIREITO DA PERSONALIDADE – CONDENAÇÃO DEVIDA. COMPENSAÇÃO DE VALORES – ART. 368 DO CC. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0060605-14.2021.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATAÇÃO DE CURSO DE INGLÊS ONLINE COM PRAZO DE 12 MESES. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA. CLÁUSULA REDIGIDA SEM O DEVIDO DESTAQUE. ABUSIVIDADE. FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO. CDC, ARTIGOS 6º, INCISO III, 31, 46 E 54, § 4º. ÔNUS DA PARTE RÉ. ARTIGO 373, INCISO II, DO CPC. SOLICITAÇÃO EXPRESSA DO CANCELAMENTO. DIREITO À RESCISÃO CONTRATUAL. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL QUE NÃO DECORRE DO PRÓPRIO FATO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0061234-51.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 04.08.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA. CONTRATAÇÃO DE CURSO DE INGLÊS ONLINE COM PRAZO DE 12 MESES. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA. ÔNUS DA REQUERIDA EM COMPROVAR A PRÉVIA, CLARA E ADEQUADA CIÊNCIA PELO CONSUMIDOR A RESPEITO DA EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA. CONTRATO FEITO POR TELEFONE. CLÁUSULA REDIGIDA SEM O DEVIDO DESTAQUE. ABUSIVIDADE. FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PARTE RÉ. ARTIGO 373, INCISO II, DO CPC. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA POR PERMITIR O CANCELAMENTO DO CONTRATO SOMENTE PELO CALL CENTER. PRÁTICA AGRESSIVA DE MARKETING PROIBIDA PELO CÓDIGO CONSUMERISTA. DIFICULDADE NO CANCELAMENTO, DEVOLUÇÃO DE VALORES. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0012022-06.2021.8.16.0173](#) - Umuarama - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - J. 29.07.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. CURSO DE INGLÊS PROFISSIONALIZANTE. CONTRATAÇÃO MEDIANTE PROPAGANDA ENGANOSA. OFERTA DE ENCAMINHAMENTO DA FILHA MENOR DE IDADE DA AUTORA PARA VAGA DE TRABALHO. INDUÇÃO A ERRO. HIPERVULNERABILIDADE DA CONSUMIDORA. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO. INAPLICABILIDADE DA TAXA SELIC. DANO MATERIAL QUE DEVE SER CORRIGIDO PELA MÉDIA INPC/IGP-DI DESDE O DESEMBOLSO E JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS DESDE A CITAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA MERO DISSABOR DO COTIDIANO. QUANTUM FIXADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0062055-89.2021.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 03.08.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. CURSO DE PSICOLOGIA. REGULAMENTO QUE PREVIA 40% DE DESCONTO POR NOTA DO ENEM PELO PERÍODO DE UM ANO. PRETENSÃO DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESCOLA PÚBLICA COM O DESCONTO DE 25%. REQUERIMENTO NO ATO DA REMATRÍCULA. AUTORA BENEFICIÁRIA DE BOLSA INTEGRAL EM ESCOLA PARTICULAR. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. ABUSIVIDADE NA CONDOTA NÃO VERIFICADA. LIBERALIDADE DO ESTABELECIMENTO EDUCACIONAL. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 207. LEI Nº 9.394/1996, ART. 53. OBRIGAÇÃO DE FAZER AFASTADA. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NÃO DEMONSTRADA. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001163-47.2022.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 28.07.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. EXCESSO DA EXECUÇÃO NÃO CARACTERIZADO. MULTA QUE INCIDE EM DIAS CORRIDOS E NÃO EM DIAS ÚTEIS, O QUE SE APLICA APENAS AOS PRAZOS PROCESSUAIS. EXIGIBILIDADE DAS ASTREINTES. CONVALIDAÇÃO DE INTIMAÇÃO ELETRÔNICA EM INTIMAÇÃO PESSOAL. EXECUTADA QUE VOLUNTARIAMENTE ADERIU AO FORMATO ELETRÔNICO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. APLICAÇÃO DO §6º DO ARTIGO 5º DA LEI N. 11.419/2006. MODALIDADE DE INTIMAÇÃO QUE NÃO ENTRA EM CONFLITO COM A SÚMULA N. 410 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE MINORAÇÃO DAS ASTREINTES. MULTAS

FIXADAS CONFORME PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0024254-27.2021.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - Rel.Desig. p/ o Acórdão: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 24.07.2023)

RECURSO INOMINADO. RESIDÊNCIA MÉDICA. RESIDENTE DESCADASTRADA E RECADASTRADA EM OUTRO PROGRAMA. INOVAÇÃO RECURSAL PARCIAL. PAGAMENTO DA BOLSA-AUXÍLIO. NÃO INCIDÊNCIA DA RESOLUÇÃO N. 01/2018 DO CNRM. PODER REGULAMENTAR EXCEDIDO. PRECEDENTE DO STJ. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM PELO CUSTEIO DA BOLSA. INDENIZAÇÃO MATERIAL INDEVIDA. FALHA NO ENSINO NÃO DEMONSTRADA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0016793-97.2021.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 18.07.2023)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE COBRANÇA DE MENSALIDADES. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA PARCIAL. TERMO INICIAL QUE SE INICIA A PARTIR DA INADIMPLÊNCIA DA PARCELA EM ATRASO. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. IMPOSSIBILIDADE DE EMBARAÇAR CONTINUIDADE DO ANO LETIVO QUE NÃO SE PRESTA A ALTERAR O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL, POIS, A NORMA LEGAL SE PRESTA A TUTELAR O ALUNO DE INTERRUPÇÃO ABRUPTA DO ANO LETIVO BASEADO EM INADIMPLÊNCIA E NÃO IMPEDIR A COBRANÇA PELOS MEIOS LEGAIS. PRESCRIÇÃO PARCIAL. MÉRITO. COBRANÇA DEVIDA SOBRE A PARCELA VENCIDA EM DEZEMBRO/2017 E MATERIAL DIDÁTICO. PAGAMENTO PRESUMIDO. REJEIÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO. COBRANÇA LEGÍTIMA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0005559-45.2022.8.16.0098](#) - Jacarezinho - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 17.07.2023)

6. MATÉRIA RESIDUAL

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AQUISIÇÃO DE PACOTE DE VIAGEM FLEXÍVEL (HURB). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DO RECLAMANTE - PLEITO DE REFORMA E RESTITUIÇÃO INTEGRAL DO VALOR PAGO - POSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DO RECLAMANTE - OBRIGAÇÃO DA RECLAMADA EM AGENDAR A VIAGEM EM UMA DAS DATAS SUGERIDAS PELO CONSUMIDOR, OU, CASO NÃO HAJA DISPONIBILIDADE PROMOCIONAL NAS DATAS SUGERIDAS, ENVIAR OPÇÃO EM DATA PRÓXIMA. INOBSERVÂNCIA DAS DATAS ESCOLHIDAS PELO CONSUMIDOR AO ARGUMENTO DE NÃO TER ENCONTRADO TARIFAS PROMOCIONAIS. RECLAMADA QUE NEGA O CUMPRIMENTO DO CONTRATO POR SEU ÚNICO E EXCLUSIVO INTERESSE FINANCEIRO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA RECLAMADA VERIFICADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DEVER DE RESTITUIÇÃO INTEGRAL DO VALOR PAGO. PLEITO DE ARBITRAMENTO DOS DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE - DANO MORAL CONFIGURADO - PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. RECLAMANTE QUE TEVE DE CONTRATAR, EM ÚLTIMA HORA, OUTRA EMPRESA DE TURISMO PARA REALIZAÇÃO DA VIAGEM. CONSUMIDOR QUE JÁ HAVIA SOLICITADO VISTO PARA OS ESTADOS UNIDOS, BEM COMO JÁ HAVIA SIDO CONCEDIDA FÉRIAS PELO SEU EMPREGADOR. DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO CONSUMIDOR, NOS TERMOS DO ART. 373, INCISO I, DO CPC. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0015880-88.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE PACOTE DE VIAGENS. PLATAFORMA "HURB". DATAS INDICADAS PELOS RECLAMANTES PARA REALIZAÇÃO DA VIAGEM. CANCELAMENTO PELA RECLAMADA. PRAZO CONTRATUAL ESTENDIDO POR MAIS DOZE MESES DE FORMA UNILATERAL. OFERTA NÃO CUMPRIDA. QUEBRA DA EXPECTATIVA DOS CONSUMIDORES. SITUAÇÃO QUE SUPERA O MERO DISSABOR. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS) QUE COMPORTA MINORAÇÃO PARA R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0030744-27.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 23.07.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PACOTE DE VIAGEM. HOTEL URBANO (HURB). FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA RECLAMADA. PRELIMINARMENTE. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO VERIFICADA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO LEI 14.046/2020 AO CASO, CONSIDERANDO QUE O DESCUMPRIMENTO NÃO OCORREU EM VIRTUDE DOS EFEITOS DA PANDEMIA, MAS SIM POR FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, AO ALEGAR A RECLAMADA EM SUA DEFESA A INVIABILIDADE DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO ANTE A INEXISTÊNCIA DE TARIFAS PROMOCIONAIS DISPONÍVEIS (MOV.14.3 -P. 10). PRECEDENTE: TJPR - 2ª TURMA RECURSAL - 0029865-18.2022.8.16.0021 - CASCAVEL - REL.: JUÍZA DE DIREITO DE COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL BRUNA RICHCA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - J. 16.06.2023. MÉRITO. DANO MATERIAL. COMPROVADO. DEVER DE RESSARCIMENTO. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACOLHIDO. MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL QUE NÃO DECORRE DO PRÓPRIO FATO. INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE. NÃO VERIFICADA. PRECEDENTES: TJPR - 5ª TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS - 0024035-44.2022.8.16.0030 - FOZ DO IGUAÇU - REL.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 24.07.2023. TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - 0027786-24.2021.8.16.0014 - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 07.11.2022. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0030583-21.2022.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DE COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL JÚLIA BARRETO CAMPELO - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESIDUAL. TRANSPORTE PARTICULAR DE PASSAGEIROS (UBER). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PRELIMINARMENTE – SITUAÇÃO DOS AUTOS QUE NÃO ENSEJA A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA – EMPRESA QUE POSSUI RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E OBJETIVA – PARTICIPANTE DA CADEIA DE CONSUMO – PRELIMINAR AFASTADA. MÉRITO. PLEITO DE REFORMA E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO

INICIAL – IMPOSSIBILIDADE. CANCELAMENTO DE CORRIDA POR CONTA DA NEGATIVA EM TRANSPORTAR CÃO-GUIA – CONDUTA EXTREMAMENTE ABUSIVA E DISCRIMINATÓRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1º DA LEI N. 11.126/2005 E DO ART. 9º, INCISO III, DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS – SITUAÇÃO FÁTICA QUE ULTRAPASSOU OS LIMITES DO ABORRECIMENTO – OFENSA A DIREITOS DA PERSONALIDADE EVIDENCIADA. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE SE MOSTRA PROPORCIONAL ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO – OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0046119-87.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. APLICATIVO UBER. LEGITIMIDADE PASSIVA CONFIGURADA. RÉ QUE INTERMEDIA O CONTATO ENTRE MOTORISTA E PASSAGEIRO AUFERINDO LUCRO. PARTÍCIPE DA CADEIA DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA (CDC, ART. 14). TRANSPORTE DE MERCADORIAS. ENTREGA NÃO REALIZADA. ITEM FURTADO PELO ENTREGADOR. RESSARCIMENTO DEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. “QUANTUM” ARBITRADO QUE NÃO MERECE REDUÇÃO (R\$1.500,00). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0030705-30.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 07.08.2023)

RECURSO INOMINADO. APLICATIVO DE TRANSPORTE (UBER). RESCISÃO CONTRATUAL EM VIRTUDE DE ANTECEDENTES CRIMINAIS RELACIONADOS A HOMÔNIMO. IMPOSSIBILIDADE DE REATIVAÇÃO DO MOTORISTA COLABORADOR. LIBERDADE CONTRATUAL DE CANCELAMENTO DO CONTRATO DO MOTORISTA COLABORADOR. PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA DA VONTADE E LIVRE INICIATIVA. OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. DANOS MORAIS MANTIDOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0036525-49.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 29.09.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. PUBLICAÇÃO DE POSTAGENS EM REDES SOCIAIS QUE EXPLANAVAM RELAÇÃO AMOROSA HAVIDA ENTRE OS LITIGANTES. MENSAGENS E VÍDEOS DE TEOR DESABONADOR QUE IMPACTARAM NEGATIVAMENTE A VIDA DO AUTOR, ESPECIALMENTE NO ÂMBITO PROFISSIONAL. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O LIMITE DO MERO DISSABOR COTIDIANO. QUANTUM DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ARBITRADO EM R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS) QUE COMPORTA MINORAÇÃO PARA R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), ANTE AS CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA REQUERIDA. AFASTAMENTO DA OBRIGAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DE PUBLICAR COMENTÁRIOS REFERENTES AO RELACIONAMENTO HAVIDO AUTOR. ANÁLISE DOS FATOS NARRADOS PELA RÉ/AUTOR QUE DEVERÁ SER PROCEDIDA PELO JUÍZO DA ESFERA CRIMINAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO DE CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0000186-67.2021.8.16.0195](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. RESIDUAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA. CONTA NO INSTAGRAM INVADIDA POR TERCEIROS. FALHA NO SISTEMA DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE SUPORTE ADEQUADO. FORTUITO INTERNO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO EM R\$ 3.000,00, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE, DA RAZOABILIDADE, ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO E AOS PARÂMETROS DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0048194-02.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REDE SOCIAL. INSTAGRAM. PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL. CONTA HACKEADA. TERCEIROS FRAUDADORES QUE OBTIVERAM DOMÍNIO DA REDE SOCIAL DA RECLAMANTE. AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. REATIVAÇÃO DA CONTA MEDIANTE OBRIGAÇÃO DETERMINADA EM CARÁTER LIMINAR NOS AUTOS SEIS MESES APÓS A INVASÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO

SERVIÇO E NO DEVER DE SEGURANÇA. INAPLICABILIDADE DE EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. FORTUITO INTERNO INERENTE À ATIVIDADE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM FIXADO EM R\$10.000,00 DE ACORDO COM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO E OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0005201-70.2022.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 18.09.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. INDENIZATÓRIA. COMPRA DE PRODUTO IMPRÓPRIO PARA CONSUMO. MELANCIA VENCIDA. DANO MORAL IN RE IPSA. PRECEDENTE DO STJ. INGESTÃO DO ALIMENTO QUE DEVE SER ANALISADA, TÃO SOMENTE, PARA FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. DANO MORAL FIXADO EM R\$500,00 (QUINHENTOS REAIS). RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0036375-68.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - Rel.Desig. p/ o Acórdão: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. INDENIZATÓRIA. COMPRA DE PRODUTO IMPRÓPRIO PARA CONSUMO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE FRANQUEADOR E FRANQUEADO. SALADA COM INSETO. DANO MORAL CONFIGURADO. DISPENSA DE PROVA CONCRETA DA INGESTÃO. PRECEDENTE DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) QUE COMPORTA MANUTENÇÃO. AUTORA QUE ESTAVA GRÁVIDA À ÉPOCA. SENTENÇA INALTERADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0008561-28.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES. AQUISIÇÃO DE INGRESSOS PARA SHOW DE CANTORA INTERNACIONAL. EVENTO ADIADO E, POSTERIORMENTE, CANCELADO EM VIRTUDE DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. LEI N. 14.046/2020. DISPONIBILIZAÇÃO DE CRÉDITO REFERENTE AO SHOW ADQUIRIDO. AUSÊNCIA

DE INTERESSE DO CONSUMIDOR. EVENTO PERSONALÍSSIMO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRIMIR O DIREITO DE ESCOLHA DO CONSUMIDOR E COMPELÍ-LO A USUFRUIR PRODUTO DIVERSO DO CONTRATADO. TAXA DE CONVENIÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DE INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR PREVIAMENTE AO PAGAMENTO. DIREITO AO REEMBOLSO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0014403-23.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 21.07.2023)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FURTO DE BICICLETA EM ESTACIONAMENTO. DEVER DE VIGILÂNCIA E CUSTÓDIA. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A COMPROVAR AS ALEGAÇÕES INICIAIS. EVIDENTE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SÚMULA 130 DO STJ E ENUNCIADO Nº 3.1 DA 3ª TURMA RECURSAL DO TJPR. DANO MORAL CONFIGURADO. “QUANTUM” (R\$2.000,00) ADEQUADO AO CASO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0020461-42.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 03.07.2023)

7. PLANOS DE SAÚDE

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS. NEGATIVA DE REEMBOLSO DO PROCEDIMENTO DE CRIOPRESERVAÇÃO DOS ÓVULOS. AUTORA REALIZA QUIOMIOTERAPIA QUE AFETA SUA FERTILIDADE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, PARA TORNAR DEFINITIVA A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONCEDIDA QUE DETERMINOU O PAGAMENTO DA ANUIDADE REFERENTE AO VALOR DO CONGELAMENTO DOS ÓVULOS, E CONDENAR A RÉ A RESTITUIÇÃO DO VALOR DE R\$ 22.660,00 A TÍTULO DOS DANOS MATERIAIS. RECURSO INOMINADO, DA OPERADORA DE SAÚDE, PARA REFORMAR A SENTENÇA, JULGANDO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. O CDC É APLICÁVEL PORQUE AS PARTES SE ENQUADRAM NOS CONCEITOS DE CONSUMIDOR E FORNECEDOR DO ART. 2º E 3º DO CDC. ART. 6º DO CDC PREVÊ A POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, MAS ESTABELECE COMO CRITÉRIOS A VEROSSIMILHANÇA E A HIPOSSUFICIÊNCIA. DO MESMO MODO, A JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA APONTAM A NECESSIDADE DE PROVA MÍNIMA. NO CASO CONCRETO, A AUTORA APRESENTOU O CONTRATO DO PLANO, EXAME, BIOPSIA, LAUDO MÉDICO, A PRESCRIÇÃO DOS MEDICAMENTOS DA QUIOMIOTERAPIA, NOTAS FISCAIS, PEDIDO ADMINISTRATIVO E NEGATIVA FORMALIZADA PELA OPERADORA DE SAÚDE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DEFERIDA. PLANO DE SAÚDE APRESENTA REGULAMENTAÇÃO E RESPOSTA DE ADMISSÃO. NO CASO EM ANÁLISE, TEM-SE QUE O TRATAMENTO FOI INDICADO POR MÉDICO ESPECIALISTA. REEMBOLSO DEVIDO. ADEMAIS, O ROL DA ANS É MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO. ENTENDIMENTO DO STJ. FALTA DE DETERMINADO PROCEDIMENTO NA LISTAGEM NÃO EXONERA O PLANO DE SAÚDE DO DEVER DE COBERTURA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA 2ª SEÇÃO CÍVEL DO STJ. ENTENDIMENTO DO STJ QUANTO À COBERTURA DO PROCEDIMENTO DE CRIOPRESERVAÇÃO. VALOR FIXADO PELO D. MAGISTRADO DE ORIGEM A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS QUE ESTÁ DE ACORDO COM AS PROVAS ACOSTADAS. ASSIM, NÃO HÁ O QUE SE FALAR EM REFORMA DA SENTENÇA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CONDENAÇÃO DA RECORRENTE EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, FIXADOS EM 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0008827-32.2022.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS DENISE HAMMERSCHMIDT - J. 18.09.2023)

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. DEMORA NA AUTORIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS QUE LEVOU À SUSPENSÃO DE TERAPIA DE MENOR PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. SÃO AMBOS OS AUTORES (ELE GENITOR BIOLÓGICO E ELA CONVIVENTE) LEGITIMADOS ATIVOS PARA A LIDE. SIMPLES AUSÊNCIA DE VÍNCULO BIOLÓGICO-PARENTAL DA REQUERENTE COM A CRIANÇA NÃO LHE RETIRA LEGITIMIDADE ATIVA NEM SERVE DE OBSTÁCULO PARA RECONHECIMENTO DE DIREITOS INCORPÓREOS, NA FORMA COMO POSTULADOS NOS AUTOS. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA IGUALDADE SUBSTANCIAL. FATO DO SERVIÇO. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL HÁBIL A DESCOMPOR O EQUILÍBRIO PSICOLÓGICO DOS PROMOVENTES. DANOS MORAIS REFLEXOS OU POR RICOCHETE CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO. EXTENSÃO DOS DANOS. ARBITRAMENTO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO CASSADA. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0034393-97.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 25.08.2023)

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RECURSO DA RECLAMADA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO OFF LABEL. TOCILIZUMAB. NEGATIVA DE FORNECIMENTO. SOLICITAÇÃO REALIZADA POR MÉDICO. RECUSA INDEVIDA. DANO MATERIAL. COMPROVADO. RESSARCIMENTO DEVIDO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TURMA RECURSAL. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE DO RECLAMANTE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0018726-71.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DE COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL JÚLIA BARRETO CAMPELO - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DOS CUSTOS DO PARTO SOB ALEGAÇÃO DE PERÍODO DE CARÊNCIA. QUADRO DE PRÉ-ECLÂMPsia. URGÊNCIA CONFIGURADA. NEGATIVA INDEVIDA E ABUSIVA. CONTEÚDO DOS ARTIGOS 12, INCISO V, ALÍNEA C E 35-C, DA LEI Nº 9.656/98. IMPOSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO DA COBERTURA DO INTERNAMENTO PELO PERÍODO DE 12 HORAS. SÚMULA 302 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0010934-73.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - J. 18.09.2023)

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. INTERNAÇÃO E CIRURGIA DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA DECORRENTE DE QUADRO CLÍNICO DE COLELITÍASE (CÁLCULOS NA VESÍCULA) E COLEDocolitíase. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A CARÊNCIA PARA A UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA EM CASOS DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA SE ULTRAPASSADO O PRAZO DE 24 HORAS DA DATA DA CONTRATAÇÃO. SÚMULA Nº 597 DO STJ. INTELIGÊNCIA DA LEI FEDERAL N. 9.656/1998, ART. 35, I e 12, V, “C”. RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 259 DA ANS. NECESSIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRAL EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA. DANO MORAL IN RE IPSA. CONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0008250-54.2022.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHELIN - J. 15.09.2023)

RECURSOS INOMINADOS. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MANUTENÇÃO DE EX-EMPREGADO DEMITIDO SEM JUSTA CAUSA E APOSENTADO. RELAÇÃO CONTRATUAL COM MAIS DE VINTE E CINCO ANOS. OBRIGATORIEDADE DE INSERÇÃO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO ÚNICO, COM IGUALDADE DE PAGAMENTO E DE VALOR DE CONTRIBUIÇÃO, ADMITIDA APENAS A DIFERENCIAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 31 DA LEI Nº 9.656/98. TEMA 1034 DO STJ. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO TEMPORAL. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. RECURSO DA RÉ DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0030258-46.2022.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 18.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DA MENSALIDADE EM RAZÃO DA MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE SIMPLES SOMA ARITMÉTICA. PRECEDENTE DO STJ. CONSTATAÇÃO DE ABUSIVIDADE MEDIANTE PERÍCIA ATUARIAL. TEMA 952 DO STJ. INCOMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE PERÍCIA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO INOMINADO PREJUDICADO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0005479-91.2020.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 21.08.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO REVISIONAL. PLANO DE SAÚDE. CONTRATO ANTERIOR À LEI 9.658/98. NÃO ADAPTADO. REAJUSTE ANUAL DA CONTRAPRESTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE PREVISTO NO CONTRATO (IGP-M). AUMENTO DE 31,10% PARA O ANO DE 2021. PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19. ABUSIVIDADE CARACTERIZADA, NO CASO CONCRETO. ONEROSIDADE EXCESSIVA. LIMITAÇÃO DE ACORDO COM REAJUSTE ANUAL AUTORIZADO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES PAGOS EM EXCESSO PELA AUTORA. CABIMENTO. RESTITUIÇÃO QUE INDEPENDE DO ELEMENTO VOLITIVO DO FORNECEDOR. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO EARESP 676.608/RS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0024635-94.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 15.08.2023)

RECURSO INOMINADO. PLANO SAÚDE. FALECIMENTO DO TITULAR. NEGATIVA DE MANUTENÇÃO DO PLANO PARA A DEPENDENTE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DEPENDENTE IDOSA. DIREITO DE PERMANÊNCIA COM O PLANO DE SAÚDE. ENTENDIMENTO DO STJ. PREVISÃO NA LEI 9.656/98. MANUTENÇÃO DEVIDA. PAGAMENTO DE MENSALIDADE REFERENTE AO TITULAR FALECIDO EVIDENCIADO. RESTITUIÇÃO DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0013534-67.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CAMILA HENNING SALMORIA - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. CANCELAMENTO UNILATERAL POR FALTA DE PAGAMENTO. NOTIFICAÇÃO QUE DEVE SER REALIZADA ATÉ O QUINQUAGÉSIMO DIA DE INADIMPLÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 13, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9656/1998. DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO NA PESSOA DO TITULAR DO PLANO (Súmula Normativa nº 28 de 30/1/2015 da ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE). PRESUNÇÃO DE VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO, NO ENTANTO, DE CARÁTER RELATIVO. RECEBIMENTO POR PESSOA QUE SE APRESENTOU COMO FILHO DA SEGURADA. PROVA EM AUDIÊNCIA

DE INSTRUÇÃO NO SENTIDO DE QUE A SEGURADA NÃO POSSUI FILHO. TESTEMUNHAS QUE AFIRMAM DESCONHECER A PESSOA RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCLUIR PELA VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE RESTABELECIMENTO DO VÍNCULO CONTRATUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0002162-88.2022.8.16.0029](#) - Colombo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 14.08.2023)

8. SEGURO FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. TARIFA DE CADASTRO. LEGALIDADE DA COBRANÇA NO INÍCIO DO RELACIONAMENTO. VALOR COBRADO DE ACORDO COM A MÉDIA DO MERCADO. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA. CONTRATAÇÃO APARTADA E DEVIDAMENTE ASSINADA PELO CONSUMIDOR. LEGALIDADE. TARIFA DE REGISTRO DE CONTRATO. COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE. TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM. NÃO COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ABUSIVIDADE. COBRANÇA INDEVIDA. EAREsp 676.608/RS (TEMA 929, STJ). MODULAÇÃO DE EFEITOS EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. APLICABILIDADE PARA INDÉBITOS APÓS A DATA DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO (30/03/2021). CONTRATO QUE FOI CELEBRADO EM OUTUBRO DE 2020, ANTERIOR, PORTANTO, A DATA FIXADA PELO STJ. VALORES QUE DEVEM SER RESTITUÍDOS DE FORMA SIMPLES, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0004129-87.2022.8.16.0153](#) - Santo Antônio da Platina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 04.09.2023)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. NEGATIVA DE COBERTURA SECURITÁRIA. AGRAVAMENTO DE RISCO PELA EMBRIAGUEZ DO MOTORISTA SEGURADO. INEFICÁCIA DA CLÁUSULA DE EXCLUSÃO PERANTE TERCEIRO PREJUDICADA. PRECEDENTES DO STJ. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA SEGURADORA PELOS DANOS MATERIAIS E MORAIS CAUSADOS A VÍTIMA/AUTORA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA, NOS LIMITES CONTRATADOS, ASSEGURADO O DIREITO DE REGRESSO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0043035-93.2021.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 25.08.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SEGURO VEICULAR. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DO CONDUTOR COMO CAUSA DETERMINANTE DO ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO. COBERTURA INDEVIDA POR EXCLUSÃO

CONTRATUAL IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0000517-07.2021.8.16.0209](#) - Francisco Beltrão - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 02.10.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA EMPRESA VERIFICADA. MÉRITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO OCASIONADO POR TERCEIRO ENQUANTO O AUTOR ESTAVA EM UMA VIAGEM PELO APLICATIVO DA UBER. PLATAFORMA QUE NEGOU A COBERTURA DO SEGURO DE ACIDENTES AO PASSAGEIRO. SITUAÇÃO QUE NÃO É CAPAZ DE VIOLAR OS DIREITOS DA PERSONALIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DO ABALO FÍSICO OU MENTAL. DANO MORAL QUE NÃO DECORRE DO PRÓPRIO FATO. SUPOSTOS FERIMENTOS LEVES QUE NÃO FORAM DEMONSTRADOS. REVELIA QUE NÃO ISENTA O AUTOR DE COMPROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO (ARTIGO 373, INCISO I, DO CPC/2015). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0006088-06.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 14.09.2023)

RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÕES ANTERIORES JULGADAS EXTINTAS SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRESCRIÇÃO NÃO RECONHECIDA. SOBRESTAMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL DURANTE O CURSO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO DE COBERTURA. SÚMULA N. 229/STJ. SOLIDARIEDADE DAS SEGURADORAS. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA COMPARECER À PERÍCIA. INDENIZAÇÃO CALCULADA COM BASE NO TETO LEGAL. ACIDENTE POSTERIOR À VIGÊNCIA DA MP N. 340/2006. PERCENTUAL DE INVALIDEZ PERMANENTE ATESTADO POR LAUDO DO IML. PAGAMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO PELA SEGURADORA. DEVER DE COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO CONFORME LAUDO DO IML E LEI N. LEI N. 6.194/74. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0018833-25.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 22.09.2023)

RECURSOS INOMINADOS. CONTA CORRENTE. COBRANÇAS TARIFÁRIAS. PRESCRIÇÃO DECENAL. “TARIFA PACOTE ITAU” E “SEGURO CARTÃO”.

LEGITIMIDADE DAS COBRANÇAS. “PROTEÇÃO FAMILIAR”, “ITAU SEG VIDA PF”, “ITAU SEG AP PF”, “PREMIO ACES POR” E “CONSORCIO ITAU”. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. DESCONTOS INDEVIDOS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO SOBRE OS VALORES COBRADOS A PARTIR DE 30.03.2021. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO EARESP 664.888/RS. PRECEDENTES DO STJ. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0004786-29.2022.8.16.0153](#) - Santo Antônio da Platina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 22.09.2023)

RECURSOS INOMINADOS. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ/PR. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA. QUEIXA EXTRAJUDICIAL ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA LIDE. ACATAMENTO PELA SEGURADORA QUE POSTERIORMENTE NÃO FOI CUMPRIDO. CESSAÇÃO DOS DESCONTOS IMPERIOSA. REEMBOLSO EM DOBRO CABÍVEL. LIMITAÇÃO, PORÉM, AO PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO EXCEPCIONAL EM RAZÃO DO DESCASO NA VIA EXTRAJUDICIAL. ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO EM R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) QUE ATENDE AOS CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO RECLAMANTE CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DA RECLAMADA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0000895-38.2022.8.16.0108](#) - Mandaguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO - J. 18.09.2023)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. SEGURO PRESTAMISTA VINCULADO A FINANCIAMENTO DE CRÉDITO RURAL. FALECIMENTO DO DEVEDOR PRINCIPAL. NEGATIVA SECURITÁRIA FUNDAMENTADA NA INADIMPLÊNCIA DOS PRÊMIOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ENVIO DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. COBERTURA DEVIDA. PRECEDENTE DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0000301-24.2022.8.16.0205](#) - Irati - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 21.07.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SEGURO FACULTATIVO DE VEÍCULO. CANCELAMENTO DO CONTRATO PELA SEGURADORA. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTERPELAÇÃO DO SEGURADO PARA PURGAR A MORA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. FALHA NA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SÚMULA 616 DO STJ. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DEMORA EXCESSIVA NA DISPONIBILIZAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. VEÍCULO UTILIZADO PARA TRABALHO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (LJE, ART. 46). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0002399-24.2022.8.16.0191](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 18.09.2023)

RECURSO INOMINADO. SEGURO. AÇÃO DE COBRANÇA DECORRENTE DE NEGATIVA DE PAGAMENTO DE SINISTRO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA, COM O FUNDAMENTO DE QUE A PARTE RÉ NÃO COMPROVOU DOLO OU MÁ-FÉ DA SEGURADA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE RÉ. DOENÇA PREEXISTENTE NÃO INFORMADA NA DECLARAÇÃO DE SAÚDE. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE COBERTURA EM VIRTUDE DE DOENÇA PRÉ-EXISTENTE. SEGURADA QUE FALECEU EM DECORRÊNCIA DE UM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL HEMORRÁGICO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM, DE FORMA INEQUÍVOCA, QUE O AVC FOI CAUSADO POR DOENÇA CARDÍACA OU POR SEQUELAS DE AVC SOFRIDO ANTERIORMENTE. DOENÇA QUE REPRESENTA APENAS UM DENTRE MUITOS FATORES DE RISCO. MÁ-FÉ NÃO DEMONSTRADA. A SEGURADORA NÃO EXIGIU EXAME PRÉVIO À CONTRATAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 609 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. DANO MATERIAL COMPROVADO. PRECEDENTES. PRECEDENTES (TJPR - 9ª Câmara Cível - 0000311-63.2006.8.16.0194 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR ARQUELAU ARAUJO RIBAS - J. 04.12.2021 TJPR - 8ª Câmara Cível - 0001650-57.2015.8.16.0189 - Pontal do Paraná - Rel.: DESEMBARGADOR VICENTE DEL PRETE MISURELLI - J. 09.08.2018). LEGITIMIDADE PASSIVA DAS REQUERIDAS. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA É RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DOS VALORES E REPASSE À SEGURADORA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CADEIA DE FORNECIMENTO PERANTE O CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0007980-33.2022.8.16.0025](#) - Araucária - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). MORTE DO SEGURADO POR ESMAGAMENTO. VEÍCULO PARADO. POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. PRECEDENTE DO STJ. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0000908-37.2022.8.16.0205](#) - Irati - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR - J. 15.09.2023)

9. TELECOMUNICAÇÕES

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO C/C COM PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. TELECOMUNICAÇÕES. COBRANÇA INDEVIDA. MULTA POR QUEBRA DE FIDELIDADE. SENTENÇA PROCEDENTE. 1. PRELIMINARMENTE. TESE DE INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – IMPOSSIBILIDADE – APLICAÇÃO DA TEORIA FINALISTA MITIGADA – STJ - PESSOA JURÍDICA – DESTINATÁRIA FINAL DOS SERVIÇOS. 2. MÉRITO. RECURSO DA RECLAMADA. PLEITO PELO AFASTAMENTO DA DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – IMPOSSIBILIDADE – SOLICITAÇÃO DE PORTABILIDADE DA LINHA TELEFÔNICA NÃO CONCLUÍDA – NÚMERO PROVISÓRIO QUE SE TORNOU DEFINITIVO – RECLAMADA NÃO DEMONSTROU OS MOTIVOS PARA O INDEFERIMENTO DA PORTABILIDADE DA LINHA – MERA ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA DE DADOS – ÔNUS QUE LHE CABIA – ART. 373, II, CPC – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVIDENCIADA – CANCELAMENTO DEVIDO – COBRANÇA DE MULTA POR QUEBRA DE FIDELIDADE INDEVIDA. PLEITO PELO AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS – IMPOSSIBILIDADE – DANO MORAL QUE NÃO DECORRE DO PRÓPRIO FATO – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIASSEM QUE A SITUAÇÃO EXPERIMENTADA GEROU ABALO PSICOLÓGICO OU DANOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA RECLAMANTE (ART. 373, I, DO CPC) – MERA COBRANÇA INDEVIDA QUE, POR SI SÓ, NÃO TEM O CONDÃO DE GERAR DANO MORAL DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E COM PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. DANOS MORAIS INDEVIDOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0032493-79.2022.8.16.0182](#) - CURITIBA - Rel.: MARIA ROSELI GUIESSMANN JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS – J. 04/08/2023)

RECURSO INOMINADO. **TELECOMUNICAÇÕES**. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUITAÇÃO DE DÍVIDA. AUTORA APRESENTOU O COMPROVANTE DE PAGAMENTO. DEMORA INJUSTIFICADA NA EXCLUSÃO DE NOME DO SERASA. NOME DA AUTORA CONSTA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO APÓS QUASE 2 ANOS DO PAGAMENTO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO PREEXISTENTE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 385 DO **STJ**. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM R\$8.000,00 (OITO MIL REAIS). SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0012549-62.2022.8.16.0030](#) - CURITIBA - Rel.: FERNANDO SWAIN GANEM JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS – J. 03/07/2023)

RECURSO INOMINADO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. GOLPE “SIM SWAP”. CLONAGEM DE LINHA TELEFÔNICA. ACESSO AO APLICATIVO “INSTAGRAM”. FALHA DE SEGURANÇA NO SISTEMA DA OPERADORA. DANO MORAL CONFIGURADO. “QUANTUM” MINORADO PARA R\$3.000,00. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

TJPR - 1º Turma Recursal- [0001927-54.2022.8.16.0019](#) - MATINHOS - Rel.: MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS – J. 30/09/2023)

RECURSO INOMINADO. TELECOMUNICAÇÕES E BANCÁRIO. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA. GOLPE “SIM SWAP”. TRANSFERÊNCIA DE NÚMERO DE TELEFONE DE UM CHIP PARA OUTRO SEM SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO. ACESSO AO APLICATIVO DO BANCO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REGRA DE JULGAMENTO NOS CASOS DE FATO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RESPONSABILIDADE DO BANCO PELO ACESSO À CONTA DO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS DEMONSTRADOS. VALOR ARBITRADO REDUZIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

TJPR - 1º Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0001386-80.2023.8.16.0182](#) - CURITIBA - Rel.: VANESSA BASSANI JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS – J. 30/09/2023)

RECURSO INOMINADO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CLONAGEM DA LINHA TELEFÔNICA. GOLPE “SIM SWAP”. ACESSO INDEVIDO AO APLICATIVO DO BANCO. TRANSFERÊNCIAS. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO (ART. 373, II DO CPC). FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EVIDENCIADA. RESSARCIMENTO DEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. “QUANTUM” MINORADO PARA R\$3.000,00. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1º Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0005058-71.2021.8.16.0116](#) - MATINHOS - Rel.: MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS – J. 25/09/2023)

DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO INOMINADO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. COBRANÇA DE MULTA POR QUEBRA DE FIDELIDADE. IRREGULARIDADES NO CONTRATO SUPOSTAMENTE FIRMADO COM A RÉ. NÍTIDA “COLAGEM” DA ASSINATURA DO AUTOR EM NOVO CONTRATO DE PERMANÊNCIA. INEXIGIBILIDADE DA MULTA MANTIDA. DANOS MORAIS, NO ENTANTO, NÃO CONFIGURADOS. SIMPLES COBRANÇA INDEVIDA QUE NÃO GERA DEVER DE INDENIZAR. AUSÊNCIA DE PROVA DA OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. ENTENDIMENTO DOMINANTE ACERCA DO TEMA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - [0030464-56.2022.8.16.0182](#) 5º Turma Recursal dos Juizados Especiais - CURITIBA - Rel.: FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - J. 29/08/2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TELECOMUNICAÇÕES. INTERRUÇÃO INDEVIDA DOS SERVIÇOS DE INTERNET. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE RÉ. ALEGAÇÃO DE FURTO DE CABOS POR TERCEIROS. NÃO ACOLHIMENTO. FORTUITO INTERNO QUE NÃO POSSUI O CONDÃO DE ISENTAR A RESPONSABILIDADE DA FORNECEDORA PERANTE SEUS CLIENTES. TEORIA DO RISCO INERENTE À ATIVIDADE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEMORA INJUSTIFICADA PARA O RESTABELECIMENTO DA INTERNET. REFLEXOS DE ORDEM EXTRAPATRIMONIAL EVIDENCIADOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DANO MORAL CONFIGURADO. PEDIDO DE MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ACOLHIMENTO. VALOR ARBITRADO EM R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS) QUE COMPORTA REDUÇÃO PARA R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS). OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS DESSA TURMA RECURSAL (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0008991-31.2021.8.16.0026 - Campo Largo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS NESTARIO DA SILVA QUEIROZ - J. 25.09.2022). SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0008991-31.2021.8.16.0026](#) - CURITIBA - Rel.: FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO J. 30.09.2023).

10. FAZENDA PÚBLICA

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS – TRANSPLANTE DE FÍGADO FORA DO DOMICÍLIO DA RECLAMANTE – TRATAMENTO NÃO FORNECIDO PELO MUNICÍPIO RECLAMADO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA – PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – DESPESAS DE TÁXI-AÉREO E ESTADIA NO VALOR DE R\$ 12.050,00 (DOZE MIL E CINQUENTA REAIS) COMPROVADAS – RESSARCIMENTO DEVIDO – PECULIARIDADES DO CASO EM CONCRETO – SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0000993-52.2020.8.16.0121](#) - Nova Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 14.08.2023)

MANDADO DE SEGURANÇA – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA DE INFUSÃO DE INSULINA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO – POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA – SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA – PRECEDENTES DO STJ – PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA EMERGENTE NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO EQUIPAMENTO EM FAVOR DA PARTE RECLAMANTE – LAUDO MÉDICO ACUSANDO QUADRO CLÍNICO PECULIAR E PERICLITANTE – IMPRESCINDIBILIDADE DA ADEQUAÇÃO DO TRATAMENTO COMPROVADA – PREVISÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE – ART. 6º E 196 DA CF – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – ART. 1º, III, DA CF – PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL – DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO – ART. 5º, LXXIV, CF – ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0002952-28.2022.8.16.9000](#) - Ivaiporã - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – CONCURSO PÚBLICO PROMOVIDO PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – PREVISÃO DE 01 (UMA) VAGA DE FONOAUDIÓLOGO – APROVAÇÃO DA PARTE RECLAMANTE NA PRIMEIRA COLOCAÇÃO – VENCIMENTO DO PRAZO DO CONCURSO SEM A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO – VIOLAÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO – SÚMULA 15 DO STF – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM ARBITRADO NA ORIGEM EM R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) – VALOR QUE SE COADUNA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA TURMA E NÃO COMPORTA MAJORAÇÃO – SENTENÇA DE

PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DO RECLAMANTE CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DO RECLAMADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0013720-47.2019.8.16.0131](#) - Pato Branco - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO/PR. AÇÃO DECLARATÓRIA. PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO DE FRUIÇÃO OU GOZO DE LICENÇA ESPECIAL RELATIVO AO PERÍODO DE 2017 ATÉ 2022. ART. 8, IX DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 173/2020 QUE VEDOU A CONTABILIZAÇÃO DO PERÍODO CONCESSIVO DE LICENÇA E OUTROS ENTRE 27/05/2020 ATÉ 31/12/2021. CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA AFIRMADA EM SEDE DE PRECEDENTE QUALIFICADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. (ADI 6442, 6447, 6450 E 6525). SERVIDOR QUE NÃO PREENCHEU O REQUISITO OBJETIVO DE 5 ANOS DE EXERCÍCIO ININTERRUPTO NO CARGO PARA O DIREITO DE CONCESSÃO DE FRUIÇÃO DE LICENÇA-ESPECIAL. INOBSERVÂNCIA DO ART. 175 DA LEI MUNICIPAL DE CAMPO LARGO 2.4347/2011. PEDIDO INICIAL IMPROCEDENTE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0007822-72.2022.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHIELIN - J. 04.09.2023)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E COBRANÇA. AGENTE DE APOIO DO QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO. ALEGAÇÃO DE ATRASO NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRESSÃO POR ANTIGUIDADE. PRAZO DE CINCO ANOS EXTRAPOLADO (ART. 9º, §1º, Nº 13.666/2002). MORA CONFIGURA. BENEFÍCIO IMPLEMENTADO NO ANO SEGUINTE. INAPLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N. 173/2020. PREVISÃO DO DIREITO À PROGRESSÃO EM LEI ANTERIOR. APLICABILIDADE DO TEMA REPETITIVO 1075 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PAGAMENTO DOS VALORES RETROATIVOS ATÉ IMPLEMENTAÇÃO. RETIFICAÇÃO DO HISTÓRICO FUNCIONAL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0010587-33.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 29.07.2023)

RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. VIGIA. SENTENÇA IMPROCEDENTE.

LAUDO PERICIAL QUE RECONHECEU EXISTÊNCIA DE ATIVIDADE PERIGOSA. EXPOSIÇÃO DEMONSTRADA. SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA SEGURANÇA PATRIMONIAL, PESSOAL E DE BENS PÚBLICOS. FUNÇÃO EXERCIDA PELO AUTOR QUE ESTÁ IGUALMENTE SUJEITA A RISCOS. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE AO RECONHECIMENTO DO DIREITO À IMPLEMENTAÇÃO DO ADICIONAL. DIREITO RECONHECIDO. PAGAMENTO DOS VALORES RETROATIVOS E RESPECTIVOS REFLEXOS. TERMO INICIAL DOS EFEITOS FINANCEIROS. DATA DA ELABORAÇÃO DA PERÍCIA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0002935-29.2021.8.16.0075](#) - Cornélio Procópio - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALDEMAR STERNADT - J. 13.09.2023)

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA. PLEITO DE RECEBIMENTO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE AFASTAMENTO POR LICENÇA MATERNIDADE. LEI MUNICIPAL N. 13.142/2009 QUE VEDA O PAGAMENTO DA VERBA AOS SERVIDORES AFASTADOS DAS SUAS FUNÇÕES. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. GARANTIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE A LEI AFASTAR O PAGAMENTO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA A SERVIDORA EM LICENÇA MATERNIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA COLENDIA TURMA RECURSAL. PRECEDENTES (0013453-75.2019.8.16.0034; 0015698-59.2019.8.16.0034; 0013342-91.2019.8.16.0034). SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS NOS TERMOS DO ARTIGO 46 DA LEI 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0003368-66.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. TRIBUTÁRIO. ITBI. MUNICÍPIO DE CURITIBA. ARREMATACÃO DE IMÓVEL EM LEILÃO EXTRAJUDICIAL. BASE DE CÁLCULO QUE DEVE CORRESPONDER AO VALOR DA ARREMATACÃO. SIMILITUDE COM O PROCEDIMENTO DE LEILÃO JUDICIAL. IMPOSTO QUE DEVE INCIDIR TÃO SOMENTE SOBRE A PARTE EFETIVAMENTE TRANSFERIDA. BASE DE CÁLCULO PAUTADA NO VALOR CONCRETO DO NEGÓCIO JURÍDICO. DEVER DE RESTITUIR A QUANTIA A MAIOR AO CONTRIBUINTE. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0012458-98.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHIELIN - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE PROPRIEDADE C/C ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO E OBRIGAÇÃO DE FAZER. ALIENAÇÃO DE MOTOCICLETA. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DE VENDA OU TRANSFERÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL: DÉBITOS LANÇADOS NO VEÍCULO APÓS A TRADIÇÃO. SOLIDARIEDADE MITIGADA (CTB, ART. 134). RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE PELO PAGAMENTO DAS MULTAS E IPVA DURANTE PERÍODO EM QUE ESTEVE NA POSSE DO VEÍCULO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0047861-21.2020.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHIELIN - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – JUÍZO DE RETRATAÇÃO – SERVIDOR MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU – BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – SALÁRIO MÍNIMO – IMPOSSIBILIDADE – VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE N. 04 DO STF – OMISSÃO LEGISLATIVA ANTE A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 68 DA LEI MUNICIPAL N. 1.621/2008, QUE ESTIPULA O SALÁRIO MÍNIMO COMO BASE DE CÁLCULO – INDEXADOR QUE NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO POR DECISÃO JUDICIAL EM ATENÇÃO À DETERMINAÇÃO DO STF NA RECLAMAÇÃO N. 60.743 – JUÍZO DE RETRATAÇÃO EXERCIDO – SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO MUNICÍPIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001758-28.2021.8.16.0108](#) - Mandaguaçu - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (TIBAGI). ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DISCUSSÃO RELACIONADA À CONSTITUCIONALIDADE DA BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE PELO JUDICIÁRIO. TEORIA DA CAUSA MADURA. BASE DE CÁLCULO. ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.387/2011. ADICIONAL CALCULADO SOBRE A REMUNERAÇÃO ATRIBUÍDA AO NÍVEL 1 DA TABELA DE VENCIMENTOS. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO EXPRESSA AO SALÁRIO MÍNIMO. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001209-29.2021.8.16.0169](#) - Tibagi - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHIELIN - J. 25.09.2023)

11. CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL. INFRAÇÃO DE MEDIDA SANITÁRIA. ART. 268 DO CÓDIGO PENAL. PROIBIÇÃO DE AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS. OBRIGAÇÃO CONTIDA EM DECRETO MUNICIPAL E DECRETO ESTADUAL. NORMA PENAL EM BRANCO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO. NORMA INTEGRADORA INAPTA PARA PRODUZIR EFEITOS PENAIIS. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0007426-47.2021.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 21.07.2023)

APELAÇÃO CRIMINAL – ARQUIVAMENTO DE TERMO CIRCUNSTANCIADO PELO JUIZ – IMPOSSIBILIDADE – INFRINGÊNCIA AO SISTEMA ACUSATÓRIO – TAREFA QUE INCUMBE AO MINISTÉRIO PÚBLICO - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E 129, I, DA CARTA MAGNA – PRECEDENTES DA TURMA - SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0022130-67.2021.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 30.09.2023)

APELAÇÃO CRIMINAL. CONTRAVENÇÃO PENAL. EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E JOGO DO BICHO. ART. 50 DO DECRETO-LEI N.º 3.688/1941 E ART. 58, § 1.º, ALÍNEA “B”, DO DECRETO-LEI N.º 6.259/1944. INAPLICABILIDADE DA EXCLUDENTE DE ILICITUDE POR ESTADO DE NECESSIDADE. TESE DE ABSOLVIÇÃO AFASTADA. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. CONFISSÃO DA ACUSADA. LAUDOS PERICIAIS QUE ATENDEM À METODOLOGIA CIENTÍFICA, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DAUBERT, CONSIDERADOS PELO STF COMO PARÂMETRO DE CORROBORAÇÃO DA PROVA TÉCNICA (RE 591054 E RE 603583). SENTENÇA QUE SUBSTITUIU A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE DEVIDO À AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 44, III E §3º DO CP. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DA ACUSADA CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0014414-71.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 25.09.2023)

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME PREVISTO NO ART. 68 DA LCP. NULIDADE DA CITAÇÃO VIA APLICATIVO WHATSAPP. REQUISITOS MÍNIMOS PARA AVERIGUAÇÃO DA IDENTIDADE NÃO OBSERVADOS. PRECEDENTES. RETORNO DO FEITO À ORIGEM PARA PROCESSAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0009339-39.2020.8.16.0170](#) - Toledo - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 14.08.2023)

APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 28, CAPUT, DA LEI 11.343/2006. APREENSÃO DA ACUSADA NA POSSE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. CRACK. DECISÃO CONDENATÓRIA. CRIMINALIZAÇÃO QUE VIOLA O ARTIGO 5º, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA INTIMIDADE E DA VIDA PRIVADA. ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE MATERIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0000883-88.2021.8.16.0098](#) - Jacarezinho - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALDEMAR STERNADT - J. 04.09.2023)

APELAÇÃO CRIMINAL. DIAFAMAÇÃO E INJÚRIA. ART. 139 E 140, DO CÓDIGO PENAL. AÇÃO PENAL PRIVADA. NOTIFICAÇÃO ENVIADA À SÍNDICA COM CRÍTICAS E QUESTIONAMENTOS À GESTÃO DO CONDOMÍNIO. ATA DE REUNIÃO. AUSÊNCIA DA INTENÇÃO DE OFENDER A HONRA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA CORRETAMENTE RECONHECIDA. REJEIÇÃO DA QUEIXA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APLICAÇÃO DO ART. 82, § 5º DA LEI 9099/95. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0008019-44.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 14.08.2023)

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DE INJÚRIA E DIFAMAÇÃO (CP, ART. 139 E 140 C/C ART. 141, II, III E § 2º). INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA NÃO VERIFICADA. ELEMENTARES DOS TIPOS PENAIIS NÃO DEMONSTRADAS. ANIMUS INJURIANDI E DIFAMANDI NÃO EVIDENCIADOS. COMENTÁRIOS SEM CUNHO DIFAMATÓRIO OU INJURIOSO. VÍTIMA OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO. MAIOR TOLERÂNCIA EM RELAÇÃO ÀS CRÍTICAS. PRECEDENTES DO STF. AFASTAMENTO DA REPARAÇÃO DO DANO (CPP, ART. 387, IV). AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL ESPECÍFICA. PRECEDENTES DESTA CORTE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001692-23.2021.8.16.0084](#) - Goioerê - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 29.07.2023)

12. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. ALEGAÇÃO DE SUSPENSÃO E DEMORA NO RESTABELECIMENTO DE ENERGIA DA UNIDADE CONSUMIDORA DA PARTE AUTORA. MUNICÍPIO DE PARANACITY. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DESTA C. QUARTA TURMA RECURSAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 568 DO STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR SUBSTANCIAL LAPSO TEMPORAL. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR QUE NÃO AFASTAM A RESPONSABILIDADE DAS PRESTADORAS DE SERVIÇO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 14 DO CDC. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 2 DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DO PARANÁ. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 2.1 DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DO PARANÁ. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE DEVE SER ARBITRADO DE ACORDO COM OS DIAS EM QUE O CONSUMIDOR FICOU SEM O FORNECIMENTO DO SERVIÇO ESSENCIAL, ACASO NÃO SE ENCONTRE PRESENTE ALGUMA CIRCUNSTÂNCIA DE NATUREZA EXCEPCIONAL QUE JUSTIFIQUE A FIXAÇÃO EM MONTANTE SUPERIOR OU INFERIOR. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO NO VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), COM BASE NO CRITÉRIO BIFÁSICO ESTABELECIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RESP. Nº 1.152.541). SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001805-39.2021.8.16.0128](#) - Paranacity - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 21.07.2023)

RECURSO INOMINADO –SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – INSURGÊNCIA RECURSAL DA RECLAMADA –COBRANÇA INDEVIDA DE DUAS ECONOMIAS. APÓS A SOLICITAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE HIDRÔMETROS NO MESMO TERRENO – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – APLICAÇÃO DOS ARTS. 14 E 22 DO CDC E DOS ENUNCIADOS N. 4.1 (RESPONSABILIDADE CIVIL) – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – ART. 37, §6º, DA CF – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM FIXADO PELO JUÍZO DA ORIGEM NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) – RESTITUIÇÃO DOS VALORES NA FORMA DOBRADA – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ – MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DO EARESP N. 676.608 PELO STJ, QUE EXCETUOU AS DEMANDAS DECORRENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR CONCESSIONÁRIAS – PRECEDENTES DESTA 4ª TURMA RECURSAL – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA.RECURSO DA RECLAMADA CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0002258-60.2021.8.16.0184](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 30.09.2023)

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COPEL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. NEGATIVA DE TROCA DE TITULARIDADE E LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONDICIONAMENTO AO PAGAMENTO DE DÉBITOS ANTERIORES QUE RECAEM SOBRE ANTIGO INQUILINO. ILICITUDE. OBRIGAÇÃO PROPTER PERSONAM. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EVIDENCIADA. DEVER DE REPARAR OS PREJUÍZOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. PEDIDO DE ARBITRAMENTO DE DANO MORAL. ACOLHIMENTO. FIXAÇÃO DO QUANTUM DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 1, “B”, DA TRP/PR PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO STJ. SERVIÇO ESSENCIAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EVIDENCIADA. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. VALOR QUE ATENDE ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0016388-68.2021.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 25.09.2023)

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COPEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FALHA NO ENVIO DE FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA VIA EMAIL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE RÉ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ENVIO DO EMAIL AO AUTOR. EVIDÊNCIA CABÍVEL POR MERA JUNTADA DA CÓPIA DO EMAIL COM AS FATURAS. PARTE RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO CPC. CONSUMIDOR IDOSO. HIPERVULNERABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RECONHECIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL PRESENTES. ART. 37, §6º DA CF/88. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0003063-13.2021.8.16.0184](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 14.08.2023)

RECURSO INOMINADO. CONTRATO HABITACIONAL. SENTENÇA QUE RECONHECEU A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INOCORRÊNCIA. COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PARANAENSE. REGIME JURÍDICO DE DIREITO PRIVADO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART 8º DA LEI Nº 9.099/95. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL PARA O JULGAMENTO DO FEITO. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 131 DO FONAJE. PRECEDENTE DESTA TURMA RECURSAL. RESOLUÇÃO NORMATIVA DO TJPR N.º 235. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0010693-77.2021.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALDEMAR STERNADT - J. 30.09.2023)



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ